



CONGRESSO NACIONAL

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS,
ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

**PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA
PARA 2009**

(Projeto de Lei nº 38/2008-CN)

**RELATÓRIO DE ATUALIZAÇÃO
DAS ESTIMATIVAS DA RECEITA**

Presidente: Deputado MENDES RIBEIRO FILHO (PMDB/RS)

Relator da Receita: Deputado JORGE KHOURY (DEM/BA)

10/12/2008



SUMÁRIO DO VOLUME I

1. RELATÓRIO E VOTO	3
1.1. RELATÓRIO	3
I - CONSIDERAÇÕES INICIAIS	3
II – ATUALIZAÇÃO DAS REESTIMATIVAS DAS RECEITAS	3
III – RELATÓRIO DE ATUALIZAÇÃO DA RECEITA.....	5
IV – METODOLOGIA. ASPECTOS GERAIS	5
IV.1 – METODOLOGIA DA ATUALIZAÇÃO DA ESTIMATIVA DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	6
IV.2 – METODOLOGIA DA ATUALIZAÇÃO DA ESTIMATIVA DE RECEITAS DO INSS.....	8
IV.3 – METODOLOGIA DA ATUALIZAÇÃO DA ESTIMATIVA DE RECEITAS DE ROYALTIES.....	8
IV.4 – METODOLOGIA DA ATUALIZAÇÃO DA ESTIMATIVA DE RECEITAS DE DIVIDENDOS.....	8
V - RECEITAS PRIMÁRIAS DE 2007 A 2009	9
V.1 – RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB.....	12
V.2 – RECEITAS DO INSS	16
V.3 – RECEITAS NÃO ADMINISTRADAS.....	17
VI – CONJUNTURA MACROECONÔMICA E PARÂMETROS	19
VII – AJUSTE TÉCNICO PARA ADEQUAÇÃO DE FONTES DE RECURSOS E DE NATUREZAS DE RECEITAS.....	22
VIII – ANEXOS.....	23
1.2. VOTO DO RELATOR	23
ANEXO I (VARIÁVEIS ECONÔMICO-FISCAIS E PARÂMETROS, 2007-2009)	25
ANEXO II (REESTIMATIVA DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB PARA 2009).....	26
ANEXO III (PROJEÇÃO DA ARRECADAÇÃO DA RFB PARA 2009)	27
ANEXO IV (RECEITA POR NATUREZA E FONTE DE RECURSO)	28
ANEXO V (RECEITA POR FONTE DE RECURSO)	76



1. RELATÓRIO E VOTO

1.1. RELATÓRIO

I - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1. Nosso Relatório de Atualização das Estimativas da Receita foi desenvolvido com o auxílio do Comitê de que trata o art. 23 da Resolução nº 1, de 2006-CN¹. Desse Comitê participam em 2008/2009 a Senadora **Ideli Salvatti** e os Senadores **Adelmir Santana** e **Gilberto Goellner**, e a Deputada **Marinha Raupp** e os Deputados **Colbert Martins**, **Dagoberto**, **Gilmar Machado**, **Roberto Santiago** e **Urzeni Rocha**, aos quais agradeço.
2. A revisão das estimativas das receitas do projeto de lei orçamentária é realizada ao amparo do que estabelece o art. 166, § 3º, III, "a", da Constituição e em obediência ao disposto no art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal.
3. A primeira revisão foi aprovada em 8 de outubro pela CMO, nos termos dos arts. 30, § 1º, e 33 da citada Resolução. No presente Relatório, a atualização das reestimativas das receitas orçamentárias está sendo proposta conforme seu art. 30, §2º.
4. O conteúdo do primeiro Relatório atendeu o estabelecido no art. 34 da Resolução nº 1, de 2006. Neste segundo Relatório, atualizamos o exame da conjuntura, da evolução recente da arrecadação e das hipóteses de comportamento das principais variáveis macroeconômicas, incluindo a análise do efeito de alterações da legislação.

II – ATUALIZAÇÃO DAS REESTIMATIVAS DAS RECEITAS

5. Decidiu-se propor a atualização em tela tendo em vista que: (a) a economia está em vésperas de se desacelerar, embora os resultados mais recentes da arrecadação estejam ainda carregando taxas elevadas de crescimento dos 3 primeiros trimestres deste ano. A receita, em particular a arrecadação de alguns tributos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB), está se comportando em 2008 ainda melhor do que previa a 4ª avaliação bimestral, mas a dinâmica em exercícios recentes não serve como referência para 2009; (b) novas projeções oficiais das variáveis econômico-fiscais para 2009 estão em muitos casos distantes do que constou do projeto de lei orçamentária e do primeiro Relatório, refletindo as novas expectativas do mercado e do governo em relação ao desaquecimento econômico. O Executivo em 2009 é mais otimista quanto ao desempenho futuro da atividade econômica do que admitem os analistas econômicos, e por esta razão o Comitê decidiu adotar 3,5% como taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto. A mudança na projeção desta e das outras variáveis, além de afetar o volume de recursos disponíveis, impõe mudanças na composição dos ingressos; (c) a queda brusca do ritmo de crescimento do PIB, de mais de 5% ao ano, em 2007 e 2008, para 3,5% em 2009, deve implicar perda mais que proporcional justamente em receitas cuja

¹ Ver <http://intranet2.camara.gov.br/internet/comissoes/cmo/funcionamento>.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
RELATÓRIO DE ATUALIZAÇÃO DAS ESTIMATIVAS DA RECEITA - PLN 38/08

participação no total administrado pela RFB foi crescente nesses dois últimos anos; e (d) houve mudanças na legislação de receitas, em resposta ao cenário de crise. Outras estão a caminho, porém ainda indefinidas no seu conjunto, e o Comitê preferiu não considerá-las, admitindo que tenham efeito líquido nulo sobre a arrecadação.

6. A Tabela a seguir resume resultados do primeiro Relatório e os resultados desta atualização, comparando-os com a proposta.

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, 2009

RESUMO DO AUMENTO DE RECEITAS POR REESTIMATIVA NOS RELATÓRIOS DE RECEITA

RESULTADOS EM RELAÇÃO AO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA	Relatório I	Atualização da Reestimativa
Receitas Administradas		
Outras Receitas		
(R\$ mil)		
RECEITA ADMINISTRADA PELA RFB, EXCETO INSS, LÍQUIDO (A) = (D) + (E) + (F)	4.945.932,2	(1.158.333,2)
Acréscimo de Receitas, exceto do INSS, por Ajuste Metodológico (B)	5.116.087,1	(1.655.948,2)
Transferências de Receitas a Estados e Municípios (C) (-)	1.370.154,9	(17.615,0)
Subtotal (D) = (B) - (C)	3.745.932,2	(1.638.333,2)
Acréscimo de Receitas em Decorrência de Decisão do STF sobre Cofins (E)	1.200.000,0	1.200.000,0
Decréscimo de Receitas em Decorrência de Redução de Alíquotas do IOF (F)	-	(720.000,0)
RECEITAS DO INSS, LÍQUIDAS DE TRANSFERÊNCIAS A TERCEIROS (G)	1.626.671,5	74.846,0
RECEITAS ADMINISTRADAS, LÍQUIDAS DE TRANSFERÊNCIAS (H) = (A) + (G)	6.572.603,7	(1.083.487,2)
ROYALTIES E PARTICIPAÇÃO ESPECIAL, LÍQUIDO (I) = (J) - (K)	-	(2.229.863,3)
Receitas de Royalties e Participação Especial (J)	-	(5.564.399,5)
Transferências de Royalties e Participação Especial a Estados e Municípios (K) (-)	-	(3.334.536,2)
RECEITAS DE CONCESSÕES (L)	587.372,6	587.372,6
RECEITA DE DIVIDENDOS (M)	-	(739.206,8)
RECEITAS PRÓPRIAS - SEGURO DPVAT (N)	156.494,7	156.494,7
RESTITUIÇÃO DE CONVÊNIOS (O)	381.861,9	381.861,9
TAXAS SELECIONADAS (P)	180.778,2	180.778,2
RECEITAS NÃO ADMINISTRADAS (Q) = (I) + (L) + (M) + (N) + (O) + (P)	1.306.507,3	(1.662.562,8)
RECURSOS LÍQUIDOS (R) = (H) + (Q)	7.879.111,0	(2.746.050,0)
RECURSOS BRUTOS (S) = (B) + (E) + (F) + (G) + (J) + (L) + (M) + (N) + (O) + (P)	9.249.265,9	(6.098.201,2)

Fonte: Tabelas, quadros e tabelas anexas deste e do primeiro Relatório.

7. A conclusão deste Relatório de Atualização é de que o governo central deverá arrecadar em 2009 bem menos do que previu a proposta orçamentária e do que previmos na primeira reestimativa.



III – RELATÓRIO DE ATUALIZAÇÃO DA RECEITA

8. A nova Resolução previu, na apreciação do projeto de lei orçamentária pela Comissão Mista de Orçamento, maiores responsabilidades na avaliação da Receita. Segregadas as funções no âmbito da Comissão, a Receita agora é objeto de relatórios, para apreciação e votação em separado pela CMO.
9. A reestimativa de receitas foi elaborada e aprovada no início do processo orçamentário. Admite-se revisão no caso de mudança significativa do cenário macroeconômico ou alteração legislativa. Ambas ocorreram.
10. O primeiro Relatório da Receita foi baseado nas estimativas de receitas de 2008 da 4ª Avaliação Orçamentária (20 de setembro), e em projeções das principais variáveis macroeconômicas de 10 de julho de 2008, informadas oficialmente pelo Poder Executivo ao Congresso em 15 de setembro. Nos dois casos, serviram igualmente de base para o Executivo em suas projeções.
11. Seguindo-se ao primeiro Relatório, o Comitê determinou às Consultorias atenção à evolução da conjuntura, incluindo o acompanhamento das expectativas do mercado e dos elementos fornecidos ou divulgados pela RFB e pela Secretaria de Política Econômica (SPE), do Ministério da Fazenda, e pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF), do Ministério do Planejamento. Os elementos assim apurados evidenciaram os bons fundamentos da previsão oficial de receitas para o segundo semestre de 2008, ao mesmo tempo que sugeriam precaução quanto à possibilidade de um novo aumento significativo das receitas em 2009. Levaram ainda à conclusão de que os parâmetros oficiais atualizados, menos otimistas para 2009, são em sua maior parte adequados no novo cenário e prestam-se à feitura, com responsabilidade fiscal, de nova estimativa de receitas pelo Congresso.

IV – METODOLOGIA. ASPECTOS GERAIS

12. Retomou-se neste segundo Relatório a metodologia de avaliação de receitas adotada pelo Congresso em exercícios anteriores. Em particular o Comitê, nos novos cálculos: (a) mesmo tendo constatado que a metodologia preconizada pela RFB não capta todas as variáveis explicativas do comportamento da receita por ela administrada, usou essa conclusão com a cautela que sugere a desaceleração econômica à vista; (b) na ausência de critérios objetivos por parte do Executivo para abater e incluir receitas atípicas, manteve neste Relatório o procedimento do anterior, excluindo da base de projeção como receitas extraordinárias apenas montantes referentes ao ajuste, em relação a 2008, do número de dias úteis e de semanas no exercício; (c) incorporou nas reestimativas a previsão mais recente das receitas de 2008, da 5ª Avaliação orçamentária, e resultados de balanços mais atualizados de empresas estatais; (d) considerou as projeções atualizadas oficialmente em 21 de novembro, de variáveis que afetam o comportamento da arrecadação, com a ressalva quanto à previsão de crescimento real do PIB; (e) balizou a reestimativa dos tributos incidentes sobre o lucro das pessoas jurídicas pelas respectivas cargas em relação ao PIB, limitando-as às constantes da



proposta orçamentária do Executivo.² Sabe-se que esses dois tributos cresceram muito nos dois últimos exercícios por conta da lucratividade crescente dos negócios e, diferentemente do primeiro Relatório, admite-se que não prosseguirão em trajetória ascendente; e (f) assimilou perdas decorrentes de alterações na legislação voltadas para ampliar e baratear o crédito para segmentos específicos do mercado interno de bens duráveis e aliviar a carga tributária em inversão estrangeira no mercado brasileiro de capitais, no âmbito do IOF e das normas para a distribuição de dividendos de empresas estatais.³ Nesses casos, considerou adicionalmente o fato de que o Executivo normalmente superestima as perdas de receitas decorrentes de renúncia fiscal, quando as quantifica.⁴

IV.1 – METODOLOGIA DA ATUALIZAÇÃO DA ESTIMATIVA DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

13. O Comitê de Receitas vinha adotando até 2007 a mesma metodologia da antiga SRF, para as estimativas das receitas por ela administradas.⁵ A observação da arrecadação no ano, até o último mês disponível, permitia que se ajustasse a base da projeção.
14. Nesta atualização, usou-se a arrecadação prevista para 2008, de acordo com os resultados da 5ª Avaliação, para novamente avaliar a aderência do modelo de previsão e estimar os desvios. As receitas extraordinárias, por dificuldade em identificá-las, permaneceram na base. Relativamente a 2008, todos os valores paramétricos estão ocorrendo acima do previsto quando o orçamento foi

² Em nossa primeira reestimativa, ambas as arrecadações cresciam em relação ao PIB, seguindo a tendência dos anos anteriores. Na falta de parâmetro mais confiável e do grau de incerteza pela frente, e sem pretender impor ao Congresso e ao orçamento um ônus que poderia se revelar excessivo, optamos por usar como limites para a carga desses tributos aqueles constantes da proposta orçamentária do Poder Executivo.

³ O governo não cogitava, neste fim de ano, de qualquer alteração na legislação tributária, que acabou sendo obrigado a promover para enfrentar sinais de queda brusca do crescimento econômico. A proposta de orçamento não continha receita condicionada nem mesmo para a possível criação da Contribuição Social para a Saúde (CSS). As outras principais medidas de ajuste fiscal que afetam a arrecadação de 2009, desonerações em particular, já estavam incorporadas no projeto de lei.

A Câmara aprovou no primeiro semestre a criação da Contribuição Social para a Saúde (CSS). O tributo, se instituído, funcionará nos moldes da extinta CPMF, terá alíquota de 0,1%, será permanente e destinado exclusivamente para a área da saúde. Não será cobrado de aposentados, pensionistas e trabalhadores que recebem até R\$ 3.038,00 por mês. Caso seja aprovado no Senado, o tributo vigorará a partir de 2009. A previsão de arrecadação é de R\$ 11 bilhões em 2009. Ressalte-se que a CPMF constou em 2008 do projeto de lei orçamentária como receita condicionada à aprovação de projeto de emenda constitucional. A citada contribuição social não foi prorrogada e o orçamento teve que ser reformulado. A arrecadação prevista da CPMF para 2008, no projeto, era de R\$ 39,3 bilhões, e arrecadação resume-se a R\$ 1,1 bilhão.

⁴ O Comitê de Receitas trouxe, no Relatório anterior, seu entendimento sobre esse assunto, que transcrevemos: “Existe consenso entre os analistas de que o Executivo acaba superestimando as renúncias de receita” ... “Agora em 2008 o mesmo está acontecendo. A proposta orçamentária para 2008 estimou em R\$ 3,9 bilhões as perdas de receitas administradas, por serem abatidas da previsão cheia de 2008, por conta de incentivos a empreendimentos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O Congresso acatou essa previsão. Entretanto, a estimativa do Executivo do impacto dessas desonerações vem diminuindo nas sucessivas avaliações bimestrais e, proporcionalmente, a referente ao 4º bimestre estima a perda de receitas por conta do PAC em, no máximo, R\$ 2,5 bilhões”. Ver o par. 13, pg. 6 do texto em http://www2.camara.gov.br/orcamentobrasil/orcamentouniao/loa/loa2009/ciclos/par_receita.html.

⁵ Desde o orçamento de 2004 o Comitê incorpora também, em suas previsões, receitas atípicas ou extraordinárias arrecadadas pela RFB. O modelo da SRF, atual RFB, passou a incorporá-las em 2007, no PL nº 15/06. A inclusão de receitas extraordinárias (ou atípicas, ou esforço de arrecadação) nas estimativas vem cumprindo ainda o papel de compensar o efeito de variáveis que não são levadas em conta na metodologia de previsão adotada pelo Executivo, para incorporar melhorias nos procedimentos de arrecadação, mudança na elasticidade das receitas em relação aos indicadores usados e erro na avaliação do efeito das alterações legislativas e de outros indicadores.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
RELATÓRIO DE ATUALIZAÇÃO DAS ESTIMATIVAS DA RECEITA - PLN 38/08

aprovado pelo Congresso. Assim, com exceção do IPI e da Cide-combustíveis, as receitas estão se realizando substancialmente acima do previsto no Orçamento, mas bem acima também do que resultaria da aplicação das novas hipóteses de parâmetros sobre a arrecadação de 2007. Foi abandonada hipótese do primeiro Relatório, de aumento da alíquota média das importações, em virtude da desvalorização cambial e de expectativa de redução do volume importado. No entanto, o viés em 2009 será, na melhor das hipóteses, neutro, e com essa premissa o Comitê decidiu trabalhar.

15. As Consultorias foram orientadas para considerar que os acréscimos e decréscimos de receitas administradas pela RFB incidem no principal dos tributos, calculando-se a partir daí as transferências para estados e municípios e os recursos disponíveis para o Relator. No caso do IOF, a hipótese foi de que todo o ganho se dá em IOF-outros. Para as receitas administradas de pequeno valor individual⁶, admitiu-se que as receitas previstas no projeto de lei orçamentária eram adequadas.
16. A LDO não previu este ano a atualização da estimativa do impacto financeiro de proposições do Executivo que alterem a legislação tributária. A RFB, no entanto, divulgou estimativas de perdas de R\$ 900 milhões com as seguidas desonerações do IOF,⁷ que foram apropriadas em parte.
17. Quanto a medida recente ou a medidas apenas anunciadas que não se refletiram neste Relatório, referimo-nos, em primeiro lugar, ao novo programa de parcelamento de débitos tributários e de remissão de débitos individuais de pequeno valor e antigos, conforme a Medida Provisória 449, de 4 de dezembro. A RFB costuma assinalar que benefícios dessa natureza, se de um lado facilitam o cumprimento de suas obrigações por contribuintes em atraso, de outro reduzem a arrecadação corrente, sob as formas tradicionais de parcelamento. Essa medida isoladamente poderia significar, em rubrica própria, cerca de R\$ 1,8 bilhão, ou R\$ 1,55 bilhão líquido, embora não tenha sido divulgada a estimativa de eventual ganho na exposição de motivos referente a essa MP.
18. Além disso, justificando a decisão do Comitê de não considerar os efeitos dessa medida, está a possibilidade de que seja alterada no Congresso, com impacto na arrecadação.
19. Em sentido contrário, estariam sendo cogitadas a prorrogação do prazo de recolhimento do Simples; a redução das alíquotas dos tributos incidentes sobre lucros e sobre os rendimentos da pessoa física; do IOF a zero, sobre as principais modalidades de operação de crédito; e do IPI do setor automotivo e do PIS/Cofins para o segmento de alimentos, podendo esse rol de medidas ser anunciado a qualquer momento.

⁶ Foi o caso do imposto de exportação, ITR, Cide-combustíveis, Fundaf e “demais receitas administradas”.

⁷ Ver em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2008/Decreto/decretos2008.htm os Decretos 6.613, de 22/10, isentando de IOF as operações de entrada de moeda estrangeira de investidores do exterior no mercado financeiro e de capitais brasileiro, e 6.655/08, de 20/11, reduzindo a alíquota do IOF incidente no financiamento de motocicletas.



20. Por desconhecer o teor das medidas apenas anunciadas e seu impacto financeiro conjunto, incluindo a MP 449/08, ignoramos todos esses elementos na elaboração deste segundo Relatório.⁸

IV.2 – METODOLOGIA DA ATUALIZAÇÃO DA ESTIMATIVA DE RECEITAS DO INSS

21. Desde 2007 o Comitê apura desvio que, em relação à proposta de orçamento para 2009, consistiu em projetar a arrecadação para 2008 baseada na receita efetiva de 2007 até outubro e na taxa de crescimento observada nos dez primeiros meses deste ano. A projeção assim obtida foi comparada com a calculada sobre toda a base de 2007, usando como indicador o crescimento da massa salarial previsto pelo Executivo para 2008. O desvio corresponde à diferença⁹.

IV.3 – METODOLOGIA DA ATUALIZAÇÃO DA ESTIMATIVA DE RECEITAS DE ROYALTIES

22. A divulgação das novas hipóteses oficiais quanto ao comportamento de variáveis econômico-fiscais, trazendo novos valores médios para a cotação do dólar e a cotação do barril de petróleo tipo Brent, impôs sua substituição no modelo de previsão de compensações financeiras. A receita de *royalties* e em grande medida a de participação especial sofrem influência desses dois parâmetros.

IV.4 – METODOLOGIA DA ATUALIZAÇÃO DA ESTIMATIVA DE RECEITAS DE DIVIDENDOS

23. Na atualização da estimativa de receitas de dividendos o Comitê concentrou-se em duas empresas estatais. Foram observados e revistos os seguintes elementos, para cada uma delas: (a) lucros realizados até o 3º trimestre de 2008, que a proposta orçamentária não alcançava; (b) cronograma de pagamentos de dividendos por essas empresas à União; (c) percentagem do lucro usualmente transferido pelas empresas ao Tesouro; (d) antecipações na distribuição de

⁸ A MP 449/08 incluiu a hipótese do parcelamento de dívida decorrentes do aproveitamento indevido de créditos de IPI na aquisição de insumos com alíquota zero ou não tributados, sobre o que o Supremo Tribunal Federal decidiu em caráter definitivo a favor do Fisco. Existe ainda a perspectiva de o Fisco se beneficiar da decisão contrária aos contribuintes que se aproveitaram do crédito-prêmio do IPI na exportação, depois de o incentivo não mais existir, mas a questão ainda está sendo analisada no Supremo. Os valores envolvidos em ambos os casos são incertos e a segunda decisão foi usada na reestimativa de receitas de 2005, quando parecia pronta para dar resultados, e não deu.

⁹ O desvio reflete fatores que não são integralmente captados pela metodologia - a exemplo do incentivo à formalização do emprego e do aprimoramento dos controles sobre os contribuintes - e deficiência quanto à abrangência limitada das estatísticas sobre a massa salarial. No primeiro Relatório o procedimento de estimativa foi abordado mais detalhadamente.



dividendos, relativamente ao exercício seguinte; e (e) alterações legislativas que afetassem os padrões dessa distribuição.¹⁰

V - RECEITAS PRIMÁRIAS DE 2007 A 2009

24. Receitas recordes em meses anteriores têm levado o Executivo, nas sucessivas avaliações orçamentárias bimestrais de 2008, a revelar expectativas cada vez mais otimistas. A dois meses do encerramento do exercício, temos o que mostra na Tabela da página seguinte a 5ª Avaliação.

¹⁰ Ver em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Mpv/443.htm em MP 443/08, de 21 de outubro.



25. A última avaliação oficial (Decreto 6.771, de dezembro) prevê receitas brutas de R\$ 726,3 bilhões – cerca de ¼ do Produto –, ou R\$ 38,7 bilhões a mais (R\$ 34,9 bilhões líquidos) do que estimou o Congresso. Comparando-se com a proposta orçamentária encaminhada em agosto de 2007, a arrecadação de 2008 deverá ser cerca de R\$ 43,6 bilhões acima do que previu o Executivo, maior que a CPMF que se esperava arrecadar (R\$ 39,3 bilhões). Ou seja, se a CPMF tivesse sido prorrogada e arrecadada no montante esperado à época da proposta, o Executivo estaria obtendo hoje aproximadamente R\$ 73 bilhões a mais (descontando-se aproximados R\$ 10 bilhões de aumentos compensatórios de alíquotas)¹¹, algo como 2,5% do PIB. Como proporção do PIB, espera-se crescimento da receita, em relação a 2007, de 1 ponto percentual, a despeito da extinção da CPMF.
26. A 5ª Avaliação de 2008 reflete a arrecadação já realizada até outubro; a arrecadação do último bimestre é projeção. Da 4ª para a 5ª Avaliação, estimou-se aumento da receita total bruta de R\$ 2,6 bilhões, sendo R\$ 2,1 bilhões brutos por conta de receitas administradas pela RFB (excluídas as receitas do INSS) e, em particular, R\$ 1,8 bilhão por conta do imposto de renda e da CSLL somados, e R\$ 1 bilhão por conta do imposto de importação. Todos os demais tributos administrados de importância caíram de uma avaliação para outra, a menos de aumento insignificante de outras administradas.
27. A estimativa de arrecadação do INSS não foi alterada da 4ª para a 5ª Avaliação. Receitas não administradas, não incluídas as operações com ativos, aumentam menos de R\$ 400 milhões, sendo que os principais itens na arrecadação não variam. As receitas de operações com ativos, por sua vez, ainda não foram eliminadas da previsão para 2008, embora saiba-se que não se realizarão. Receitas líquidas de transferências, que pertencem à União, aumentaram quase R\$ 2,25 bilhões.
28. Receitas administradas pela RFB (não incluindo as do INSS), que representam 65% da receita total, serão em 2008 R\$ 28,1 bilhões maiores que as estimadas na lei orçamentária. Também crescem as receitas do INSS (R\$ 1,9 bilhão) e as receitas não administradas (R\$ 8,5 bilhões).
29. No projeto de lei orçamentária do Executivo para 2009, esperava-se arrecadar em 2008 o equivalente a 25,1% do PIB; pouco mais agora, 25,2% do PIB. As receitas dos orçamentos fiscal e da seguridade social foram estimadas no projeto em R\$ 808,9 bilhões para 2009 e, após repartições com estados e municípios, R\$ 662,3 bilhões, mostrando crescimento absoluto cada vez menor em relação à última estimativa oficial para o exercício corrente. De 2008 (5ª Avaliação) para o projeto de lei orçamentária para 2009 (previsão do Executivo no fim de agosto de 2008), a receita total bruta cresce R\$ 82,6 bilhões, pouco menos de 0,2% do PIB, e a líquida, R\$

¹¹ Ver a Nota Técnica 22/08 em <http://intranet2.camara.gov.br/internet/orcamentobrasil/orcamentouniao/estudos/2008/NT%2022-08-Proposta%202009-Metas-Fiscais%207%209%2008.pdf>.



63,8 bilhões. As receitas administradas pela RFB, excluindo o INSS, ficam praticamente estáveis em 16,4% do PIB, assim como as receitas não administradas (em cerca de 3,05% do PIB). A arrecadação previdenciária sobe de 5,7% do PIB para 5,9% do PIB.

30. No primeiro Relatório, em relação à proposta, a receita primária foi acrescida em R\$ 9,2 bilhões brutos, ou R\$ 7,9 bilhões líquidos de transferências constitucionais e legais a estados e municípios. Como proporção do PIB, a receita bruta crescia em quase 0,3 p.p. em relação à proposta e quase 0,6 p.p., em relação ao que se esperava arrecadar em 2008. O primeiro Relatório não contemplava revisão de parâmetros e a base de 2008 para projeção de 2009 era praticamente a mesma da proposta.
31. No segundo Relatório, as estimativas de receita sofreram substancial mudança em consequência da revisão das expectativas da economia. Nele, propõe-se redução de R\$ 15,3 bilhões da receita bruta e de 10,6 bilhões da receita líquida em relação ao primeiro Relatório. Em relação à proposta orçamentária encaminhada pelo Executivo, a receita bruta é reduzida em R\$ 6,1 bilhões e a receita líquida em R\$ 2,7 bilhões.
32. Neste segundo Relatório tem-se um conjunto grande de condicionantes afetando as previsões de arrecadação: (a) receitas de 2008 realizadas até outubro (no primeiro Relatório só eram conhecidas até julho) e sinais de possível queda da arrecadação de novembro; (b) novos parâmetros oficiais, datados de 21/11, sendo que crescimento real do PIB revisto pelo Comitê, massa salarial, preço do barril de petróleo, vendas de automóveis, volume de importações, produção física de bebidas e fumo, e taxa Selic média, todos em queda, afetando negativamente a receita. Apenas preços (residualmente) e taxa média de câmbio estão em crescimento, com impacto positivo sobre a receita; (c) alterações legislativas, com redução de alíquotas e menor expectativa de receitas com dividendos; (d) abandono da hipótese de aumento da alíquota média das importações, com crescimento nulo da participação dos supérfluos na composição do volume importado; e (e) outros indicadores setoriais apontando queda na produção industrial, na produção de veículos e redução de lucratividade em setores importantes da economia.

V.1 – RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB

33. Na 5ª Avaliação de 2008, computando a arrecadação da RFB até outubro e as projeções oficiais para o resto deste ano, receitas administradas foram reestimadas em 16,4% do PIB, como mostra a Tabela da página seguinte.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
RELATÓRIO DA RECEITA - PLN 38/08

RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB (LÍQUIDA DE RESTITUIÇÕES E DE INCENTIVOS), EXCETO ARRECADAÇÃO DO INSS, 2007-2009

RECEITA	2007		2008								2009											
	Realizado		Lei		Base da Proposta Orçamento 2009		4ª Avaliação (Decreto 6.589/08)		5ª Avaliação		Proposta		Relatório I		Relatório II		Diferenças entre					
																	Relatório I e Proposta		Relatório II e Relatório I		Relatório II e Proposta	
	R\$ Milhões	% do PIB	R\$ Milhões	% do PIB	R\$ Milhões	% do PIB	R\$ Milhões	% do PIB	R\$ Milhões	% do PIB	R\$ Milhões	% do PIB	R\$ Milhões	% do PIB	R\$ Milhões	% do PIB	R\$ Milhões	% do PIB	R\$ Milhões	% do PIB	R\$ Milhões	% do PIB
Imposto de Importação	12.220,4	0,48	15.391	0,55	14.971,0	0,52	15.569,5	0,54	16.611,3	0,58	17.961,3	0,56	19.168,3	0,60	20.559,0	0,65	1.207,0	0,04	1.390,7	0,05	2.597,7	0,09
IPI	31.944,8	1,25	39.820	1,41	39.313,3	1,36	39.249,4	1,36	38.650,9	1,34	45.128,3	1,42	44.964,9	1,41	44.943,9	1,42	(163,4)	(0,01)	(21,0)	0,01	(184,4)	0,01
IPI - Fumo	2.803,4	0,11	3.622	0,13	3.220,9	0,11	3.279,6	0,11	3.217,3	0,11	3.218,9	0,10	3.218,9	0,10	3.176,2	0,10	-	-	(42,6)	(0,00)	(42,6)	(0,00)
IPI - Bebidas	2.588,8	0,10	3.275	0,13	2.690,0	0,09	2.721,6	0,09	2.559,1	0,09	2.842,6	0,09	2.842,6	0,09	2.618,2	0,08	-	-	(224,5)	(0,01)	(224,5)	(0,01)
IPI - Automóveis	5.228,5	0,20	6.545	0,23	6.915,0	0,24	6.908,8	0,24	6.494,8	0,23	8.476,1	0,27	8.390,6	0,26	7.780,6	0,25	(85,5)	(0,00)	(610,0)	(0,02)	(695,5)	(0,02)
IPI - Vinculado à Importação	7.692,4	0,30	9.443	0,33	9.119,8	0,32	9.338,8	0,32	10.108,0	0,35	11.100,1	0,35	11.505,1	0,36	12.718,8	0,40	405,0	0,01	1.213,7	0,04	1.618,7	0,05
IPI - Outros	13.631,7	0,53	16.936	0,60	17.367,6	0,60	17.000,5	0,59	16.271,7	0,56	19.490,6	0,61	19.007,7	0,60	18.650,1	0,59	(483,0)	(0,02)	(357,6)	(0,01)	(840,5)	(0,02)
Imposto de Renda	148.192,1	5,79	168.757	5,99	177.500,4	6,16	178.675,6	6,19	180.592,4	6,27	202.620,5	6,36	205.859,2	6,46	202.800,9	6,43	3.238,7	0,10	(3.058,3)	(0,03)	180,4	0,07
IR - Pessoa Física	13.710,1	0,54	14.587	0,52	15.261,3	0,53	15.145,1	0,53	15.380,9	0,53	17.018,7	0,53	17.059,5	0,54	17.173,5	0,54	40,8	0,00	114,0	0,01	154,8	0,01
IR - Pessoa Jurídica	67.976,1	2,66	77.933	2,76	85.028,3	2,95	85.691,2	2,97	85.254,0	2,96	92.390,8	2,90	95.481,9	3,00	91.511,0	2,90	3.091,1	0,10	(3.970,9)	(0,10)	(879,8)	0,00
IR - Fonte	66.505,9	2,60	76.237	2,70	77.210,8	2,68	77.839,3	2,70	79.957,5	2,78	93.211,0	2,93	93.317,8	2,93	94.116,4	2,98	106,8	0,00	798,5	0,05	905,3	0,06
IRRF - Rendimentos do Trabalho	32.072,0	1,25	38.976	1,38	38.103,1	1,32	38.429,6	1,33	39.355,7	1,37	45.520,0	1,43	45.394,9	1,42	44.532,0	1,41	(125,0)	(0,00)	(862,9)	(0,01)	(987,9)	(0,02)
IRRF - Rendimentos do Capital	21.488,2	0,84	22.885	0,81	24.397,6	0,85	24.748,3	0,86	25.750,3	0,89	31.694,2	0,99	31.926,0	1,00	32.566,3	1,03	231,8	0,01	640,3	0,03	872,1	0,04
IRRF - Remessas para o Exterior	7.908,1	0,31	8.688	0,31	9.095,5	0,32	9.023,5	0,31	9.257,4	0,32	9.662,7	0,30	9.662,7	0,30	10.759,4	0,34	-	-	1.096,7	0,04	1.096,7	0,04
IRRF - Outros Rendimentos	5.037,6	0,20	5.687	0,20	5.614,6	0,19	5.637,8	0,20	5.594,2	0,19	6.334,2	0,20	6.334,2	0,20	6.258,7	0,20	-	-	(75,5)	(0,00)	(75,5)	(0,00)
IOF	7.855,3	0,31	17.576	0,62	20.773,1	0,72	20.838,2	0,72	20.686,0	0,72	22.947,8	0,72	22.947,8	0,72	21.875,6	0,69	-	-	(1.072,2)	(0,03)	(1.072,2)	(0,03)
COFINS	103.641,0	4,05	115.288	4,09	125.560,9	4,36	123.991,7	4,30	123.923,1	4,30	137.291,0	4,31	137.021,1	4,30	135.708,2	4,30	(269,9)	(0,01)	(1.312,9)	0,00	(1.582,8)	(0,01)
PIS/PASEP	26.758,9	1,05	30.153	1,07	32.350,7	1,12	31.890,2	1,11	31.842,7	1,11	35.618,9	1,12	34.992,8	1,10	34.666,0	1,10	(626,1)	(0,02)	(326,9)	0,00	(953,0)	(0,02)
CSLL	34.561,6	1,35	40.673	1,44	45.735,7	1,59	45.590,6	1,58	45.716,0	1,59	49.920,6	1,57	52.471,4	1,65	49.555,6	1,57	2.550,8	0,08	(2.915,8)	(0,08)	(365,0)	0,00
CPMF	36.519,7	1,43	858	0,03	1.040,4	0,04	1.060,1	0,04	1.087,1	0,04	-	0,00	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-
CIDE-Combustíveis	7.943,9	0,31	8.536	0,30	8.888,9	0,30	8.938,4	0,31	8.937,7	0,31	4.620,1	0,14	4.620,1	0,14	4.620,1	0,15	-	-	-	0,00	-	0,00
Outras Administradas	7.861,6	0,31	6.786	0,24	6.948,7	0,24	7.055,6	0,24	7.066,8	0,25	7.526,1	0,24	7.905,1	0,25	7.729,5	0,24	379,0	0,01	(175,7)	(0,00)	203,3	0,01
TOTAL	417.499,3	16,32	443.838,0	15,74	470.083,1	16,31	469.859,3	16,30	472.113,9	16,39	523.634,6	16,43	529.950,7	16,63	522.458,7	16,55	6.316,1	0,20	(7.492,0)	(0,08)	(1.175,9)	0,12

Fonte: Receita Federal do Brasil; Secretaria de Orçamento Federal, Orçamento de 2008; Proposta orçamentária de 2009; Relatórios citados. Elaboração das Consultorias.



34. As receitas de 2008 caminham satisfatoriamente. Não se espera que a execução venha a divergir significativamente da última previsão oficial. As estimativas das variáveis subjacentes ao Decreto 6.711/08 foram atualizadas e supostamente refletem a realidade que se seguiu ao recrudescimento da crise internacional em meados de setembro, mas afetam pouco as estimativas de receitas de 2008 pelo fato de a arrecadação até outubro ter superado as expectativas.
35. De acordo com a 5ª Avaliação, a RFB arrecadará R\$ 472,1 bilhões e a carga representada pelas receitas administradas (exceto INSS) ficará praticamente estável em relação a 2007, não obstante a perda da CPMF. De outro lado, o IOF tem arrecadado e deve continuar arrecadando mais que se previa quando alíquotas foram majoradas a partir de janeiro de 2008, inclusive porque outras incidências foram introduzidas mais tarde sobre operações cambiais. Essas últimas foram eliminadas agora em outubro. Ainda assim, a receita do tributo deverá mais que duplicar em proporção do PIB, comparado a 2007. A CSLL cobrada às instituições financeiras foi outro tributo que teve reajuste para suprir em parte a falta da CPMF, afetando a arrecadação desde maio. Ainda, a cobrança da Cide-combustíveis está em queda por força da redução das alíquotas sobre gasolina e diesel.
36. No projeto de lei orçamentária para 2009, o conjunto dos tributos fica praticamente estável em relação ao PIB. Comparados com as estimativas mais recentes para 2008 (5ª Avaliação), praticamente todos os grupos de tributos administrados continuam em trajetória de crescimento em relação ao PIB. Caem o imposto de importação, o imposto de renda da pessoa jurídica, o imposto de renda na fonte sobre remessas para o exterior, a CSLL e o IPI-fumo, além de Cide-combustíveis, e "outras receitas administradas".
37. Contribui para as receitas no projeto de orçamento a incorporação às estimativas de receitas extraordinárias no total de R\$ 6,5 bilhões. Desse montante, R\$ 2 bilhões correspondem a ingressos de Cofins/PIS, e R\$ 2,7 bilhões, do imposto de renda, com o da pessoa jurídica de R\$ 1,3 bilhão.¹²
38. O primeiro Relatório de receita estimou a receita administrada em R\$ 530 bilhões, com acréscimo de R\$ 6,3 bilhões, em relação à proposta. O ganho decorreu de nova interpretação para as receitas atípicas que foram incorporadas à base diante da dificuldade de sua identificação e da constatação de que, *grosso modo*, se repetem em exercícios seguintes. Sobre a base de 2008 foi mantido o impacto de menor número de dias úteis em 2009. Corrigiu-se o tamanho das desonerações concedidas sobre a Cofins e o PIS Pasep que se afiguravam superestimadas na proposta. Também foi incorporada decisão recente do STF sobre a obrigatoriedade de recolhimento da Cofins pelos profissionais liberais. Por último, incorporou-se à estimativa hipótese de aumento da alíquota média efetiva sobre o imposto de importação e sobre o IPI vinculado à importação, por não ter sido

¹² Ver https://www.portalsof.planejamento.gov.br/sof/2007/info_compl/VOL_II.pdf.



considerado na metodologia da RFB, embora responsável em parte pelo melhor desempenho da arrecadação desses tributos em 2008.

39. Neste segundo Relatório, com as condicionantes desfavoráveis do novo cenário econômico, a receita bruta administrada pela RFB será R\$ 1,2 bilhão menor do que da proposta, alcançando 16,55% do PIB (em 2008 e na proposta, essa proporção é de 16,4% do PIB). Entretanto, em relação ao que se esperava arrecadar no primeiro Relatório a perda é de R\$ 7,5 bilhões. Ganho no segundo Relatório em relação ao PIB se deve principalmente à redução da estimativa do PIB nominal e do aumento mais que proporcional da previsão da taxa média de câmbio. Outros ganhos, onde houver, derivam dos indicadores atualizados e da arrecadação mais elevada prevista oficialmente na 5ª Avaliação.
40. O novo cenário econômico, com a piora dos parâmetros projetados para 2009 – menores crescimento econômico, massa salarial, venda de automóveis, produção física de bebidas e fumo, volume de importações etc – se reflete em menor expectativa de arrecadação.
41. No segundo Relatório, em relação tanto à proposta quanto ao primeiro Relatório do Comitê, estão em queda ou ficam estáveis todas as categorias de receita da arrecadação administrada pela RFB, tanto em percentual do PIB, quanto em valor em reais. São exceções apenas o imposto de importação, o IPI vinculado à importação e o imposto de renda na fonte sobre remessas para o exterior, dependentes da taxa de câmbio, e o imposto de renda sobre rendimentos de capital.
42. Ademais, no intuito de impedir maior queda da atividade econômica, algumas medidas na esfera tributária já vêm sendo adotadas, como redução de alíquotas do IOF visando preservar a entrada de moeda estrangeira e reduzir o custo do crédito. O IOF incidente sobre operações de câmbio realizadas por investidor estrangeiro para aplicações no mercado de capitais, em operações de empréstimos e financiamentos externos e remessas de dividendos ou juros, foi eliminado em 22 de outubro para tornar mais rentável o ingresso desses recursos, com perda mensal de receita de R\$ 50 milhões, segundo estimativa oficial. Também foi anunciada em 20 de novembro a redução da alíquota do IOF de 3,38% para 0,38%, no financiamento da compra de motocicletas por pessoas físicas, com perda de arrecadação anual estimada em R\$ 300 milhões. No segundo relatório, estimou-se o impacto conjunto das duas medidas em R\$ 720 milhões.
43. Quanto a outros impostos, foi editada MP alterando as datas de recolhimento de imposto de renda retido na fonte e da contribuição previdenciária, de 10 para 20 do mês seguinte ao fato gerador. O recolhimento do IPI foi adiado de 15 para 25 de cada mês. O PIS e a Cofins passam a ser arrecadados dia 25 do mês, em vez de 20. Esse alongamento dos prazos de recolhimento não gera perda para União.



V.2 – RECEITAS DO INSS

44. A arrecadação líquida da contribuição previdenciária deve avançar 0,2% do PIB, de 2007 para 2008, chegando a quase 5,7% do PIB (5ª Avaliação, no mesmo patamar da anterior). Segundo o projeto, as receitas melhorariam em 2009, chegando a quase 5,9% do PIB. A estimativa da arrecadação líquida do INSS para 2008 e 2009 merece atenção, e reflete hipóteses de crescimento da massa salarial e formalização crescente do emprego.¹³
45. No primeiro Relatório a estimativa de arrecadação do INSS para 2009 foi alterada para R\$ 189,4 bilhões, superior em R\$ 1,6 bilhão à previsão da proposta orçamentária. No segundo Relatório praticamente restabeleceu-se o valor da proposta – aumento nominal de apenas R\$ 75 milhões.
46. A Tabela abaixo mostra os novos cálculos, com os parâmetros atuais.

ARRECADAÇÃO LÍQUIDA DO INSS, 2007 A 2009

(R\$ milhões)

Discriminação	2007		2008		2009
	Jan-Dez	Jan-Out	Jan-Out	Jan-Dez	Jan-Dez
Massa Salarial (%) ⁽¹⁾	11,78	-	15,11	14,70	12,95
Receita Projetada	138.066,7	-	-	163.652,8 ⁽²⁾	187.831,8
Receita Realizada	140.411,8	108.820,0	126.831,9	-	187.756,9 ⁽³⁾
Crescimento (%)	13,68	-	16,55	16,55	14,77
Desvio (%)	1,70	-	1,25	1,61	1,61

Fonte: Ministério da Previdência e Assistência Social (Boletim Estatístico da Previdência Social); PL 38/08-CN, informações complementares. Secretaria de Política Econômica (Ministério da Fazenda). Elaboração dos Consultorias.

⁽¹⁾ Em 2007, realizado. Para 2008 e 2009, projeções da SPE/MF (Atualização de 21/11/2008).

⁽²⁾ No Relatório da 5ª Avaliação Bimestral de Receitas e Despesas de 2008, a arrecadação do INSS está es

⁽³⁾ Em 2009, realizado é a estimativa do projeto de lei orçamentária.

47. Segundo os cálculos deste segundo Relatório, com os parâmetros atuais, a receita em 2009 será de 5,95% do PIB, acima do patamar da proposta orçamentária e mais alto que no primeiro Relatório, frente à queda do Produto.
48. Projetou-se inicialmente a arrecadação para 2008, aplicando-se à arrecadação de 2007 a taxa de crescimento observada nos dez primeiros meses deste ano. O valor assim projetado foi comparado com o calculado a partir do crescimento da massa salarial então previsto pelo Executivo para 2008, de 15,92%, permitindo apurar desvio metodológico¹⁴.

¹³ A receita previdenciária cresce continuamente como proporção do PIB há vários anos, tendo passado de 4,75% do PIB em 2003, para 5,5% do PIB em 2007. Este fenômeno decorre da crescente formalização do mercado de trabalho, da evolução favorável da economia e da massa salarial e também de maior participação da contribuição previdenciária na receita do Simples.

¹⁴ O desvio reflete fatores que não são integralmente captados pela metodologia - a exemplo do incentivo à formalização do emprego e do aprimoramento dos controles sobre os contribuintes - e deficiência quanto à abrangência limitada das estatísticas sobre a massa salarial.



49. Os novos valores para o crescimento da massa salarial, de 14,7% e 12,95% respectivamente para 2008 e 2009, previstos pelo Executivo na revisão de parâmetros de 21 de novembro, implicaram revisão da estimativa.

V.3 – RECEITAS NÃO ADMINISTRADAS

50. A carga representada em 2008 pelas receitas não administradas deve subir em percentagem do PIB, relativamente a 2007, principalmente em função da receita de dividendos e de *royalties* de petróleo. O pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio relativos aos resultados das estatais cresce 0,22% do PIB. A realização dessas receitas estava em fim de outubro a pouco menos de R\$ 1,4 bilhão da meta revista, de quase de 0,5% do PIB e 40% acima do previsto na lei orçamentária. A segunda contribuição mais importante para o aumento da carga (0,2% do PIB) serão os *royalties*. A queda recente da cotação do barril Brent não foi incorporada nas estimativas; ainda assim, a média dessa cotação em 2008 será maior que em 2007, e a arrecadação também vai se beneficiar do aumento do câmbio. As receitas de operações com ativos não se realizarão, mesmo tendo permanecido na previsão. Outras receitas em 2008 devem corresponder às previsões.

51. Dentro desse grupo, temos receitas de concessões, que adquirem importância em 2007. Em 2008, está prevista substancial arrecadação de bônus de assinatura de contratos. As estimativas não variaram da 4ª para a 5ª Avaliação.

52. Dividendos e juros sobre capital próprio pagos por empresas públicas e de economia mista financeiras e não financeiras permaneceram com previsão inalterada da 4ª para a 5ª Avaliação de 2008.

53. A receita de compensações financeiras vinha crescendo com a alta das cotações internacionais do barril de petróleo e do gás natural, apesar das oscilações, e até julho de 2008, da deterioração, do câmbio. Praticamente toda a previsão de receita, de quase 0,9% do PIB, de 2008 já se tinha realizado até outubro.

54. As demais receitas, incluindo as receitas próprias, crescem da 4ª para a 5ª Avaliação de 2008. São um aglomerado de diversos itens representando cerca de 0,9% do PIB, sendo um dos mais importantes a arrecadação da taxa de fiscalização das telecomunicações.

55. A proposta de 2009 trouxe pequeno aumento das receitas não administradas em relação ao PIB, mas a sua composição foi profundamente alterada. Caem substancialmente da 5ª Avaliação de 2008 as receitas de concessões e de dividendos, e, diante dos parâmetros da época, cresce principalmente a receita de *royalties*, e ainda o salário-educação e contribuição dos servidores ao seu plano de seguridade social. A proposta de 2009 teria elevado a receita de compensações financeiras para o recorde de 1,05% do PIB, por força do aumento do preço do barril de petróleo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
RELATÓRIO DA RECEITA - PLN 38/08

56. O primeiro Relatório de receita acrescentou R\$ 1,3 bilhão de receitas não administradas à proposta. Foram incorporados ganhos com bônus de assinatura referente à 8ª rodada de licitações, pendente de decisão judicial; atualização de receitas próprias (DPVAT); taxas selecionadas; e restituição de convênios.
57. No segundo Relatório, a receita não administrada está sendo responsável por queda de R\$ 5 bilhões na arrecadação, em relação à proposta. Este segundo Relatório baseou-se em novas hipóteses de comportamento dos parâmetros econômico-fiscais.
58. A principal perda dessas receitas se deve à redução da previsão do preço médio do barril de petróleo Brent em 2009. A União perde R\$ 2,23 bilhões de *royalties* e compensações financeiras em relação ao projeto de lei orçamentária, como mostra a Tabela.

RECEITA DE ROYALTIES E PARTICIPAÇÃO ESPECIAL (fonte 142), 2009

(R\$)

Natureza da Receita	Proposta Orçamentária ⁽¹⁾	Atualização da Reestimativa ⁽²⁾	Redução		
			Total	Cota-parte União	Cota-parte Estados Municípios
12202231					
Royalties em Terra	764.493.524	626.994.109	(137.499.415)	0	(137.499.415)
12202232					
Royalties em Plataforma	6.326.044.634	5.188.262.028	(1.137.782.606)	(227.556.522)	(910.226.084)
12202241					
Royalties Excedentes em Terra	685.746.914	562.410.618	(123.336.296)	(30.834.074)	(92.502.222)
12202242					
Royalties Excedentes em Plataforma	6.194.809.091	5.080.630.099	(1.114.178.992)	(445.671.597)	(668.507.395)
12202250					
Participação Especial	16.966.836.903	13.915.234.674	(3.051.602.229)	(1.525.801.115)	(1.525.801.114)
Total	30.937.931.066	25.373.531.528	(5.564.399.538)	(2.229.863.308)	(3.334.536.230)

Fonte: PL 38/08-CN e informações complementares. Estimativas e elaboração das Consultorias.

⁽¹⁾ Parâmetros de jul/07: cotação Brent = US\$ 111,87; R\$/US\$ = 1,71.

⁽²⁾ Parâmetros de nov/08: cotação Brent = US\$ 76,37; R\$/US\$ = 2,04.

59. A percepção, pelo mercado internacional do petróleo, das mudanças no cenário econômico mundial ocorridas nos meses recentes, manifestou-se por expressivas quedas nas cotações do petróleo, em dólares americanos, tanto no mercado à vista quanto no mercado futuro. No projeto de lei orçamentária, estimou-se essa cotação em quase US\$ 112 em 2009; atualizado, o prognóstico agora é de US\$ 76,4. O dólar melhora sua cotação média de R\$ 1,71 para R\$ 2,04, mas não compensa a queda do preço do barril.



60. O segundo Relatório altera ainda a previsão de dividendos, em virtude dos lucros apurados até o 3º trimestre pela Caixa Econômica Federal e pela Petrobras, e em decorrência de alterações legislativas que afetam a distribuição dos lucros da instituição financeira. Por conta disso estimou-se redução de R\$ 739 milhões nessa receita, como mostra a Tabela.

RECEITAS DE DIVIDENDOS, 2007 A 2009
(R\$ milhões)

Empresa	2007		2008		2009		
	Realizado	Proposta	Lei	Reprogr	Proposta	Relatório II	Diferença
Petrobras	2.588,1	2.230,9	2.617,9	2.170,8	3.014,9	3.503,4	488,5
BNDES	923,6	3.611,3	3.611,3	7.963,7	2.657,2	2.657,2	-
Banco do Brasil	1.343,6	1.300,0	1.542,0	1.477,2	1.924,3	1.924,3	-
CEF	996,8	1.328,1	1.328,1	1.124,6	1.896,6	668,9	(1.227,7)
Demais ⁽¹⁾	1.100,0	831,7	831,7	1.259,9	1.352,4	1.352,4	-
Total	6.952,1	9.302,1	9.931,0	13.996,2	10.845,4	10.106,2	(739,2)

Fonte: PL 38/08-CN; informações complementares e estimativas das Consultorias. Elaboração das Consultorias.

⁽¹⁾ Dentre elas, com participação acima de 3% na proposta, Correios e Eletrobrás.

VI – CONJUNTURA MACROECONÔMICA E PARÂMETROS

61. No que diz respeito à conjuntura, questões em tela são a crise financeira internacional e seus reflexos na economia brasileira, os instrumentos que o governo tem usado até aqui para reduzir os danos, e quais outros usará daqui em diante para garantir crescimento em 2009.

62. A Selic voltou a subir em abril de 2008 (de 11,25% a.a., onde estava desde setembro de 2007, para 11,75%) para desaquecer a economia. O processo de alta se acelerou até setembro de 2008 já sob o efeito combinado da elevação rápida da taxa de câmbio, quando chegou a 13,75%, e aí foi mantida desde então, diante da reversão das expectativas quanto ao crescimento.

63. Foi confirmado mais tarde pelo IBGE o aquecimento em 2008: em setembro, o Brasil vinha crescendo a mais de 6% ao ano no primeiro semestre. Em dezembro, o mesmo Instituto revelou pesquisa mostrando que a produção industrial tinha recuado em outubro 1,7% em relação a setembro, surpreendendo analistas que, apesar da crise, esperavam melhor desempenho.

64. O período de junho a setembro foi marcante. Em final de junho as reservas internacionais brasileiras no conceito de liquidez internacional ultrapassaram US\$ 200 bilhões, e o real se apreciava rapidamente (em julho foi o recorde: US\$1=R\$ 1,56). Também em junho, o governo propôs ao Congresso a



criação do Fundo Soberano do Brasil, de múltiplas funções, dentre as quais esterilizar o excesso de receitas e comprar moeda estrangeira e aplicá-la em ativos externos.

65. Com o recrudescimento da crise a partir de 15 de setembro, o pacote brasileiro vem sendo construído, inicialmente, com medidas nas áreas do câmbio e do crédito. A fuga de capitais fez com que a cotação do dólar subisse rapidamente. O Banco Central deu início a leilões da moeda estrangeira com compromisso de recompra, para o financiamento das exportações brasileiras; criou, quando a cotação do dólar disparou (R\$ 2,48 em 8/10), linha de crédito para emprestar reservas aos exportadores; e tem promovido leilões de *swap* cambial, que não se realizavam desde maio de 2006. Vendeu dólares e estabeleceu com o banco central americano troca de moedas de US\$ 30 bilhões, para ser usada tanto para empréstimos em moeda estrangeira, quanto para leilões.
66. Como também os créditos em moeda nacional escassearam, o Banco Central atuou para dar liquidez à economia. Reduziu o compulsório para operações de *leasing* de pequenos bancos, beneficiou grandes instituições dispostas a comprar carteiras de créditos das pequenas; e criou desestímulos para assegurar que de fato comprassem essas carteiras, em lugar de aplicar em títulos do Tesouro ou em dólar. Como medidas voltadas para fazer fluir o financiamento interbancário não surtiram o efeito esperado, o Banco Central foi autorizado a comprar diretamente carteiras de crédito de bancos brasileiros em dificuldades e a intervir na administração desses bancos.
67. Mudanças amplas e facilidades crescentes no compulsório se sucederam em outubro e novembro e acrescentaram ao final mais de R\$ 94 bilhões na economia.
68. De outro lado, os bancos oficiais vêm entrando com mais força no mercado desde 1º de outubro. O Banco do Brasil antecipou crédito para o setor agrícola, estabeleceu linha de crédito para financiar cédulas do produtor rural e abriu linhas de crédito para capital de giro de pequenas e médias empresas, para auxílio a montadoras de veículos e para crédito aos seus consumidores. O BNDES reforçou sua linha de financiamento para exportações pré-embarque e reforçou notavelmente seus recursos para o financiamento de capital de giro de empresas e de exportadores. A Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil foram autorizados por MP a comprar participações em ampla gama de instituições financeiras no Brasil. A Caixa ampliou sua linha de crédito para a construção civil e foi liberada pela MP 443/08 de pagar ao Tesouro dividendos que excedessem 25% de seu lucro, para destinar o excedente a esse financiamento, e destinou R\$ 2 bilhões para financiar bens de consumo duráveis no varejo e material de construção.
69. No âmbito fiscal, as iniciativas têm sido ainda tímidas e estão descritas no capítulo que trata das receitas administradas (parágrafos 42 e 43).



70. Para 2009, previsão dominante entre os economistas é a de que uma série de variáveis econômico-fiscais deverá ser alterada drasticamente, atingindo notadamente a receita pública, e eventualmente, para cima, algumas despesas sociais de caráter compensatório. O prognóstico é de que o superávit fiscal, que deverá ser recorde em 2008, possa cair substancialmente em 2009.
71. Tabela em Anexo compara dados de 2007 e projeções do mercado, do Congresso e do Executivo para 2008 e 2009. Em meio a um cenário de incerteza quanto à atividade econômica em 2009, com amplo espectro de previsões de variação do PIB pelos diversos agentes econômicos, resolvemos acolher em nossa atualização índice de crescimento que melhor refletisse o consenso mediano dos agentes econômicos. Com isso pretendemos que nossa reavaliação e o orçamento que venha a ser produzido pelo Congresso seja mais realista, sem o agravamento de expectativas adversas quanto ao desempenho da economia no ano vindouro. De resto, o Executivo tem metas fiscais a cumprir e dispõe de mecanismos e instrumentos para estimular o setor produtivo e ajustar a execução do Orçamento ao efetivo desempenho da arrecadação.
72. Em especial, no confronto dos parâmetros subjacentes à lei orçamentária de 2008 e as projeções mais atualizadas dessas variáveis, ficam claras as razões que justificam parte do desvio das estimativas de receitas do Congresso e o que se espera realizar. Todos os principais indicadores que afetam a arrecadação variam positivamente. O PIB nominal será 2,6% mais alto (e, acrescente-se, esta divergência pode estar subestimada). A variação no índice ponderado de estimativa das receitas (IER) está sendo calculado em 8,3%, e era de 5,9% no orçamento aprovado, afetando nominalmente a arrecadação em 2,2%. A Selic média do ano está prevista em 12,5% a.a., enquanto se acreditava que alcançaria 11% quando da feitura do orçamento. Esperava-se que a massa salarial aumentasse em 11,3%, e a previsão atual é de 14,7%. O Congresso previu cotação do barril de petróleo do tipo Brent de US\$ 90, e a projeção atualizada é de cerca de US\$ 100. Esperava crescimento da produção de veículos de 17,5%, e essa taxa foi revista para 24%. O volume de importações em dólares deveria crescer menos de 18%, e poderá chegar a 41,5%. Para o dólar médio, a cotação na lei foi de R\$ 1,79, e é o que se está verificando na atualização dos parâmetros.
73. Já para 2009, a evolução desses indicadores entre o encaminhamento da proposta orçamentária e a atualização dos parâmetros de 21 de novembro segue o caminho oposto em boa parte dos casos, justificando o Comitê ter procedido à revisão das estimativas da receita.
74. Com exceção de preços e câmbio, todos os principais indicadores que afetam a arrecadação variam negativamente entre a primeira informação sobre parâmetros e sua atualização. O PIB nominal estimado com a hipótese de crescimento real adotada pelo Comitê será equivalente a 99% do Produto



que constava da proposta orçamentária. A Selic média de 2009 estava prevista em 14% a.a., e agora abaixo de 13,6%. Esperava-se em agosto que a massa salarial aumentasse pouco mais de 14%, e a previsão atual é de menos de 13%. O Executivo previu cotação do barril de petróleo do tipo Brent de quase US\$ 112, e a projeção atualizada é de US\$ 76,4, que ainda pode estar excessiva. Esperava-se crescimento da produção de veículos de 9,5%, e essa taxa foi revista para 9%. O volume de importações em dólares deveria crescer 15,8%, e a previsão caiu para 9,6%. Caem também o preço de veículos e a produção de bebidas. A variação no índice ponderado de estimativa das receitas (IER) está sendo estimado em 6,4%, e era de pouco menos de 6,3% na proposta orçamentária, afetando esse aumento pouco a arrecadação. Para o dólar médio, a cotação na proposta foi de R\$ 1,71, e o que se está prevendo na atualização dos parâmetros é R\$ 2,04.

75. As alterações citadas acima, em sua maioria, operaram no sentido da redução das previsões de receitas em relação ao projeto da lei orçamentária e em relação ao primeiro Relatório do Comitê de Avaliação da Receita. O aumento da cotação média do dólar previsto para 2009 compensou parcialmente as perdas, não evitando contudo que a receita administrada pela RFB ficasse ligeiramente abaixo do valor da proposta.
76. A expectativa é de que a dívida líquida do setor público consolidado caia, conforme o projeto, para 40,8% do PIB em 2008, assegurada a consistência fiscal, ou seja, superávit primário de 3,8% do PIB. O mercado espera que esteja em 31 de dezembro em 38,5% do PIB. Em outubro a relação foi de 36,6%. Essa queda de 6 pontos percentuais do PIB em relação a dezembro de 2007 (42,7% do PIB) deve-se múltiplos fatores: o crescimento em 2008, respondendo por 4 p.p. do PIB; a variação do câmbio, 2,1 p.p. do PIB, pelo fato de o governo ser credor líquido em dólares, que vêm se apreciando; e 4,5 p.p. do PIB, do superávit primário obtido no ano, até o mês, que anulou a despesa com juros.
77. O compromisso com a responsabilidade fiscal tem permitido persistência na formação de superávits primários do setor público que, conjugados à contínua queda da taxa nominal de juros, favorece a trajetória declinante da dívida pública. O projeto traz implícita a hipótese de queda em 2009 para o equivalente a 39,3% do PIB. O mercado espera que esteja em 31 de dezembro em 38% do PIB.
78. Estima-se agora que o PIB nominal em 2009 atinja R\$ 3.155.934,7 bilhões, o que reduz a meta de superávit primário dos orçamentos fiscal e da seguridade para R\$ 69.430.563,4 mil. A necessidade de financiamento dos orçamentos fiscal e da seguridade social reduz-se em R\$ 675.626,5 mil.

VII – AJUSTE TÉCNICO PARA ADEQUAÇÃO DE FONTES DE RECURSOS E DE NATUREZAS DE RECEITAS

79. Na proposta orçamentária, a receita de Direitos Antidumping, no montante de R\$ 127.846.790,00, foi classificada na natureza 1220.04.00, fontes 100 –



recursos ordinários – e 172 – outras contribuições econômicas. Em atendimento a decisão do Tribunal de Contas da União, Acórdão nº 2205/2008, proferida nos autos do Processo nº 023.157/2007-2, datada de 08/10/2008, esta receita foi reclassificada, por meio da emenda de Relator da Receita nº 80990058, para natureza 1990.0700, fonte 186 – recursos de outras receitas originárias.

VIII – ANEXOS

80. Encontram-se em anexo Tabelas contendo evolução dos parâmetros, reestimativa das receitas administradas, brutas e líquidas, no primeiro e no segundo Relatório, projeção da arrecadação da RFB e outros anexos previstos na Resolução nº 1, de 2006-CN.

1.2. VOTO DO RELATOR

81. Ante o exposto, voto pela **APROVAÇÃO** desta proposta de atualização da receita do projeto de lei orçamentária para o exercício financeiro de 2008.

Sala das Comissões, de dezembro de 2008

Deputado **JORGE KHOURY**,
Relator da Receita

Senadora **IDELI SALVATTI**

Senador **ADELMIR SANTANA**

Senador **GILBERTO GOELLNER**

Deputada **MARINHA RAUPP**

Deputado **COLBERT MARTINS**

Deputado **DAGOBERTO**



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
RELATÓRIO DA RECEITA - PLN 38/08

Deputado **GILMAR MACHADO**

Deputado **ROBERTO SANTIAGO**

Deputado **URZENI ROCHA**



CONGRESSO NACIONAL
 COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
 RELATÓRIO DA RECEITA - PLN 38/08

ANEXO I (VARIÁVEIS ECONÔMICO-FISCAIS E PARÂMETROS, 2007-2009)

PRINCIPAIS PARÂMETROS E PROJEÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS, 2007-2009 ⁽¹⁾												
Variável/indicador	2007	2008						2009				
	Realizado	Orçamento 2008 (Congresso)	Proposta 2009	Atualização Proposta 2009 21/11/2008	Mercado			Proposta 2009	Congresso	Mercado		
					04/07/2008	07/11/2008	28/11/2008			04/07/2008	07/11/2008	28/11/2008
Produto e Crescimento												
PIB nominal (R\$ bilhões)	2.558,821	2.806,571	2.893,041	2.890,150	2.877,941	2.895,604	2.895,594	3.196,645	3.155,935	3.172,343	3.157,402	3.150,727
Crescimento nominal do PIB (% a.a.)	9,68	9,95	12,67	12,56	12,47	12,77	12,77	10,53	9,58	10,23	9,42	9,19
Crescimento real do PIB (% a.a.)	5,42	5,00	5,00	5,03	4,80	5,23	5,24	4,50	3,50 ⁽²⁾	4,00	3,00	2,80
Preços e Câmbio												
Deflator implícito do PIB (% a.a.)	4,05	4,76	7,31	7,17	7,32	7,17	7,16	5,77	5,87	5,99	6,23	6,21
Inflação IGP-DI (% a.a.)	7,89	4,68	11,41	10,95	11,41	10,95	10,80	5,30	5,80	5,30	5,80	5,80
Inflação IGP-DI médio (% a.a.)	5,08	7,73	11,84	11,47	11,83	11,46	11,44	7,69	7,90	7,47	7,69	7,58
Inflação IPCA (% a.a.)	4,46	4,20	6,40	6,40	6,40	6,40	6,35	4,50	4,60	4,91	5,20	5,25
Inflação IPCA médio (% a.a.)	3,64	4,37	5,79	5,73	5,81	5,74	5,73	5,13	5,19	5,50	5,75	5,76
Inflação INPC (% a.a.)	5,16	4,10	6,83	6,84	6,83	6,84	6,88	4,40	4,30	4,80	4,94	5,00
IER (% a.a.)	4,29	5,88	8,52	8,31	8,52	8,31	8,30	6,28	6,41	6,39	6,62	6,58
Câmbio fim de período (R\$/US\$)	1,77	1,80	1,65	2,08	1,65	2,05	2,20	1,77	2,08	1,75	2,01	2,15
Câmbio médio (R\$/US\$)	1,95	1,78	1,66	1,79	1,68	1,79	1,80	1,71	2,04	1,74	2,00	2,13
Preço médio do petróleo Brent (US\$)	72,09	90,00	114,17	101,06	...	99,63	...	111,87	76,37
Salários e Massa Salarial												
Inflação INPC reajuste do mínimo (%) ⁽³⁾	3,30	4,60	4,97	4,97	6,22	6,22
Salário Mínimo (R\$)	390,00	412,42	415,00	415,00	464,72	464,71
Reajuste do salário mínimo (%)	8,57	8,53	9,21	9,21	11,98	11,98
Reajuste dos demais benefícios INSS (%)	3,30	4,60	5,00	5,00	6,22	6,22
Massa salarial (variação média %)	12,18	11,25	15,93	14,70	14,08	12,95
Dívida Pública e Juros												
Selic fim de período (% a.a.)	11,18	10,50	14,07	13,75	14,25	13,75	13,75	13,50	13,33	13,50	13,25	13,50
Selic média acumulada (% a.a.)	11,88	11,00	12,45	12,50	12,56	12,59	12,69	13,99	13,57	13,80	13,75	13,75
Juros reais da dívida pública (% a.a.)	7,10	6,53
TJLP fim de período (% a.a.)	6,25	6,25	6,25	6,25	6,25	6,25
Indicadores Fiscais em % do PIB												
Resultado Primário Consolidado	3,97	3,80	3,80	3,80	4,30	4,30	4,30	3,80	3,80	3,80	3,80	3,80
Resultado Primário Governo Central	2,32	2,10	2,20	2,20	2,20	2,20
Resultado Primário Estados Federais	0,47	0,75	0,65	0,65	0,65	0,65
Resultado Primário Governos Regionais	1,18	0,95	0,95	0,95	0,95	0,95
Juros Nominais Setor Público Consolidado	(6,23)	...	(5,84)	(5,84)	(5,90)	(5,80)	(5,80)	(5,70)	(5,70)	(5,20)	(5,70)	(5,70)
Juros Nominais Governo Central	(4,65)	...	(3,61)	(3,61)	(4,21)	(4,21)
Resultado Nominal Consolidado	(2,26)	...	(2,04)	(2,04)	(1,60)	(1,50)	(1,50)	(1,90)	(1,90)	(1,40)	(1,90)	(1,90)
Dívida líquida (% do PIB)	42,67	42,00	40,80	40,80	41,00	39,50	38,45	39,30	39,30	39,70	38,50	38,00
Outros Indicadores												
Bebidas: quantidade (variação %)	5,37	5,37	2,10	1,82	4,30	3,97
Fumo: quantidade (variação %)	(2,15)	0,00	(2,00)	(1,73)	(1,50)	(1,38)
Veículos: quantidade (variação %)	24,31	17,50	25,00	24,00	9,75	9,00
Veículos: preço (variação %)	2,37	3,11	3,66	3,00	6,60	6,00
Importação sem combustível (variação %)	32,11	17,61	32,15	41,50	15,78	9,62
Produção de Petróleo (1000 bpd)	1.833	...	1.893	2.226
Produção de Gás Natural (10 ⁶ m ³ /dia)	50	...	64	83

Fonte: Orçamento 2008; PL 38/08-CN; informações complementares; IBGE; Banco Central do Brasil; Relatórios de Mercado de citados; Agência Nacional de Petróleo. Cálculos, estimativas e elaboração das Consultorias.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
RELATÓRIO DA RECEITA - PLN 38/08

ANEXO II (REESTIMATIVA DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB PARA 2009)

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, 2009

RESUMO DA REESTIMATIVA DAS RECEITAS ADMINISTRADAS, EXCETO O INSS
(R\$ mil)

Tributo ⁽¹⁾	Relatório I			Relatório II		
	Total	Transferências	Líquido	Total	Transferências	Líquido
Imposto de Importação	1.207,0	-	1.207,0	2.597,7	-	2.597,7
IPI	(163,4)	(89,9)	(73,5)	(184,4)	(101,4)	(83,0)
<i>IPI - Fumo</i>	-	-	-	(42,6)	(23,4)	(19,2)
<i>IPI - Bebidas</i>	-	-	-	(224,5)	(123,4)	(101,0)
<i>IPI - Automóveis</i>	(85,5)	(47,0)	(38,5)	(695,5)	(382,5)	(313,0)
<i>IPI - Vinculado à Importação</i>	405,0	222,7	182,2	1.618,7	890,3	728,4
<i>IPI - Outros Produtos</i>	(483,0)	(265,6)	(217,3)	(840,5)	(462,3)	(378,2)
Imposto de Renda	3.238,7	1.457,4	1.781,3	180,4	81,2	99,2
<i>Imposto de Renda Pessoa Física</i>	40,8	18,4	22,5	154,8	69,7	85,2
<i>Imposto de Renda Pessoa Jurídica</i>	3.091,1	1.391,0	1.700,1	(879,8)	(395,9)	(483,9)
<i>IR- fonte</i>	106,8	48,1	58,7	905,3	407,4	497,9
<i>Imposto de Renda Fonte-Trabalho</i>	(125,0)	(56,3)	(68,8)	(987,9)	(444,6)	(543,4)
<i>Imposto de Renda Fonte-Capital</i>	231,8	104,3	127,5	872,1	392,4	479,6
<i>Imposto de Renda Fonte-Remessa Exterior</i>	-	-	-	1.096,7	493,5	603,2
<i>Imposto de Renda Fonte-Outros Rendimentos</i>	-	-	-	(75,5)	(34,0)	(41,5)
IOF	-	-	-	(1.072,2)	-	(1.072,2)
Cont. Fin. Seguridade Social - COFINS	(269,9)	-	(269,9)	(1.582,8)	-	(1.582,8)
Contribuições para o PIS/Pasep	(626,1)	-	(626,1)	(953,0)	-	(953,0)
Contribuição Social Lucro PJ - CSLL	2.550,8	-	2.550,8	(365,0)	-	(365,0)
Outras Receitas Administradas	379,0	2,6	376,4	203,3	2,6	200,7
TOTAL	6.316,1	1.370,2	4.945,9	(1.175,9)	(17,6)	(1.158,3)

Fonte: Tabelas e tabelas anexas; cálculos das Consultorias.

⁽¹⁾ Principal, juros e multas e dívida ativa. No imposto de renda da pessoa jurídica, inclui ainda PIN/Proterra.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
RELATÓRIO DA RECEITA - PLN 38/08

ANEXO III (PROJEÇÃO DA ARRECADAÇÃO DA RFB PARA 2009)

(Em R\$ milhões)

RECEITAS	ARRECADAÇÃO 2008 BASE DA PROPOSTA	ARRECADAÇÃO 2008 DA 5ª AVAL	AJUSTE DE BASE (DIAS ÚTEIS E SEMANAS)	BASE AJUSTADA DO RELATÓRIO	EFEITOS				PREVISÃO 2009	RECEITAS / DESONERAÇÕES IMPREVISTAS ^o	PREVISÃO FINAL 2009	RESTITUIÇÕES	RECEITA ORÇAMENTÁRIA
					LEGISLAÇÃO	PREÇO	QUANTIDADE	AJUSTES ^o					
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	15.028	16.673	-	16.673	0,9871	1,1390	1,1004	1,0000	20.628		20.628	(69)	20.559
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	8	9	-	9	1,0000	1,1383	1,0350	0,8191	8		8	28	36
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	40.492	40.319	-	40.319	-	-	-	1,0000	46.284		46.284	(1.340)	44.944
I.P.I. - FUMO	3.221	3.217	-	3.217	1,0000	1,0000	0,9872	1,0000	3.176		3.176	(0)	3.176
I.P.I. - BEBIDAS	2.684	2.510	-	2.510	1,0000	1,0000	1,0404	1,0000	2.611		2.611	7	2.618
I.P.I. - AUTOMÓVEIS	6.891	6.462	-	6.462	1,0521	1,0500	1,0846	1,0000	7.742		7.742	38	7.781
I.P.I. - VINCULADO À IMPORTAÇÃO	9.148	10.158	-	10.158	1,0000	1,1406	1,1007	1,0000	12.753		12.753	(34)	12.719
I.P.I. - OUTROS	18.548	17.972	-	17.972	0,9986	1,0631	1,0484	1,0000	20.001		20.001	(1.351)	18.650
IMPOSTO SOBRE A RENDA	191.483	193.571	(11)	193.560	-	-	-	1,0000	218.614		218.614	(15.813)	202.801
I.R. - PESSOA FÍSICA	15.175	15.337	(11)	15.326	1,0000	1,0952	1,0174	1,0000	17.076		17.076	98	17.173
I.R. - PESSOA JURÍDICA	87.189	88.122	-	88.122	0,9960	1,0680	1,0360	0,9643	93.644		93.644	(2.133)	91.511
I.R. - RETIDO NA FONTE	89.118	90.112	-	90.112	-	-	-	1,0000	107.894		107.894	(13.778)	94.116
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO TRABALHO	50.446	50.294	-	50.294	1,0231	1,1434	1,0000	1,0000	58.835		58.835	(14.303)	44.532
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO CAPITAL	24.043	25.143	-	25.143	1,0000	1,0817	1,1810	1,0000	32.119		32.119	447	32.566
I.R.R.F. - REMESSAS PARA O EXTERIOR	8.911	8.971	-	8.971	0,9962	1,1431	1,0349	1,0000	10.573		10.573	187	10.759
I.R.R.F. - OUTROS RENDIMENTOS	5.718	5.704	-	5.704	1,0136	1,0640	1,0350	1,0000	6.367		6.367	(108)	6.259
I.O.F. - IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	20.752	20.679	(206)	20.473	1,0019	1,0633	1,0350	1,0000	22.573	(720)	21.853	23	21.876
I.T.R. - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	422	467	-	467	1,0000	1,0554	1,0000	0,9067	447		447	(3)	443
CPMF - CONTRIB. MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	1.090	1.126	-	1.126	-	-	1,0000	1,0000	-		-	0	0
COFINS - CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SOCIAL	124.693	122.929	(762)	122.167	0,9903	1,0667	1,0348	1,0000	133.537	1.200	134.737	971	135.708
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	32.425	31.936	(205)	31.732	0,9919	1,0668	1,0348	1,0000	34.746		34.746	(80)	34.666
CSLL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	45.610	45.164	-	45.164	1,0336	1,0675	1,0353	0,9577	49.408		49.408	148	49.556
CIDE - COMBUSTÍVEIS	5.884	5.930	(30)	5.900	0,7588	1,0000	1,0160	1,0148	4.616		4.616	5	4.620
CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAF	268	280	-	280	1,0000	1,0634	1,0350	0,9759	300		300	(0)	300
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	6.462	6.533	-	6.533	-	-	-	1,0000	7.211		7.211	(261)	6.950
RECEITAS DE LOTERIAS	1.992	1.999	-	1.999	1,0000	1,0644	1,0350	1,0005	2.204		2.204	-	2.204
CIDE-APOIO TECNOLÓGICO	777	905	-	905	1,0000	1,0647	1,0350	1,0000	998		998	7	1.004
DEMAIS	3.693	3.629	-	3.629	1,0000	1,0625	1,0349	1,0050	4.010		4.010	(268)	3.742
RECEITA ADMINISTRADA PELA RFB	484.617	485.616	(1.213)	484.402	-	-	-	-	538.372	480	538.852	(16.394)	522.459

(1) Com exceção dos tributos sobre lucro (IRPJ e CSLL), os demais ajustes serviram para manter os valores da proposta, dado que a aplicação da nova metodologia resultava em variação muito pequena.

(2) A preços e quantidade de 2009.

**ANEXO IV (RECEITA POR NATUREZA E FONTE DE
RECURSO)**

Natureza da Receita / Fonte de Recursos

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	Posição até Relatório 1 (A)	Relatório 2 (B)	Posição Atual (A+B)
11110101 - RECEITA DO PRINCIPAL DO IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	19.062.993.949	1.390.655.837	20.453.649.786
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	16.317.922.825	1.190.401.397	17.508.324.222
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	2.745.071.124	200.254.440	2.945.325.564
11110201 - RECEITA DO PRINCIPAL DO IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	34.276.203	0	34.276.203
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	29.340.433	0	29.340.433
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	4.935.770	0	4.935.770
11120100 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	381.296.408	0	381.296.408
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	170.058.199	0	170.058.199
102 - TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	190.648.208	0	190.648.208
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	20.590.001	0	20.590.001
11120410 - IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA	15.795.893.551	114.006.966	15.909.900.517
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	7.218.723.361	52.101.183	7.270.824.544
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	7.582.028.898	54.723.344	7.636.752.242
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	995.141.292	7.182.439	1.002.323.731
11120420 - IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA	92.315.286.743	-3.970.858.064	88.344.428.679
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	42.188.086.053	-1.814.682.136	40.373.403.917
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	44.311.337.630	-1.906.011.870	42.405.325.760
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	5.815.863.060	-250.164.058	5.565.699.002
11120431 - IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES-TRABALHO	45.394.949.078	-862.928.496	44.532.020.582
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	20.745.491.742	-394.358.323	20.351.133.419
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	21.789.575.548	-414.205.678	21.375.369.870
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	2.859.881.788	-54.364.495	2.805.517.293
11120432 - IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES-CAPITAL	31.925.980.066	640.287.989	32.566.268.055
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	14.590.172.899	292.611.611	14.882.784.510
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	15.324.470.426	307.338.235	15.631.808.661
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	2.011.336.741	40.338.143	2.051.674.884
11120433 - IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES-REMESSA AO EXTERIOR	9.662.696.190	1.096.693.564	10.759.389.754
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	4.415.852.170	501.188.960	4.917.041.130
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	4.638.094.163	526.412.910	5.164.507.073
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	608.749.857	69.091.694	677.841.551

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	Posição até Relatório 1 (A)	Relatório 2 (B)	Posição Atual (A+B)
11120434 - IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES-OUTROS RENDIMENTOS	5.631.110.258	-75.503.295	5.555.606.963
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.573.417.398	-34.505.006	2.538.912.392
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	2.702.932.918	-36.241.581	2.666.691.337
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	354.759.942	-4.756.708	350.003.234
11130101 - PRODUTOS DO FUMO	3.218.864.834	-42.625.762	3.176.239.072
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.207.074.319	-15.984.661	1.191.089.658
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	1.866.941.603	-24.722.942	1.842.218.661
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	144.848.912	-1.918.159	142.930.753
11130102 - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS-BEBIDAS	2.842.607.284	-224.453.763	2.618.153.521
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.065.977.739	-84.170.162	981.807.577
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	1.648.712.222	-130.183.182	1.518.529.040
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	127.917.323	-10.100.419	117.816.904
11130103 - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS-AUTOMÓVEIS	8.390.626.737	-609.995.408	7.780.631.329
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.146.485.036	-228.748.279	2.917.736.757
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	4.866.563.503	-353.797.336	4.512.766.167
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	377.578.198	-27.449.793	350.128.405
11130104 - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS- VINCULADO À IMPORTAÇÃO	11.505.111.041	1.213.672.964	12.718.784.005
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	4.314.416.649	455.127.362	4.769.544.011
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	6.672.964.400	703.930.319	7.376.894.719
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	517.729.992	54.615.283	572.345.275
11130109 - OUTROS PRODUTOS	18.033.544.529	-357.569.515	17.675.975.014
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	6.762.579.204	-134.088.568	6.628.490.636
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	10.459.455.826	-207.390.319	10.252.065.507
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	811.509.499	-16.090.628	795.418.871
11130301 - IOF - COMERCIALIZAÇÃO DO OURO	8.370.315	0	8.370.315
119 - IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - OURO	8.370.315	0	8.370.315
11130309 - IOF - DEMAIS OPERAÇÕES	22.725.505.535	-1.072.221.876	21.653.283.659
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	19.453.032.741	-917.821.926	18.535.210.815
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	3.272.472.794	-154.399.950	3.118.072.844
11210200 - TAXAS DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	3.002.250.526	0	3.002.250.526

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	Posição até Relatório 1 (A)	Relatório 2 (B)	Posição Atual (A+B)
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	3.002.250.526	0	3.002.250.526
11210300 - TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS	22.627.246	0	22.627.246
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	22.627.246	0	22.627.246
11210400 - TAXAS DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	44.276.663	0	44.276.663
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	44.276.663	0	44.276.663
11210500 - TAXAS DE MIGRAÇÃO	323.119.284	0	323.119.284
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	323.119.284	0	323.119.284
11211000 - TAXA DE LICENCIAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE MATERIAIS NUCLEARES E RADIOATIVOS E SUAS INSTALAÇÕES	4.768.130	0	4.768.130
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	4.768.130	0	4.768.130
11211300 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS PRODUTOS CONTROLADOS PELO MINISTÉRIO DO EXÉRCITO	23.913.246	0	23.913.246
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	23.913.246	0	23.913.246
11211400 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	194.579.727	0	194.579.727
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	194.579.727	0	194.579.727
11211500 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE SEGURO, DE CAPITALIZAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA	54.111.774	0	54.111.774
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	54.111.774	0	54.111.774
11211600 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	406.654.467	0	406.654.467
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	406.654.467	0	406.654.467
11211700 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	268.406.574	0	268.406.574
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	268.406.574	0	268.406.574
11212001 - TAXA POR PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	62.508.285	0	62.508.285
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	62.508.285	0	62.508.285
11212002 - TAXA POR REGISTRO DE PRODUTO	2.029.592	0	2.029.592
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	2.029.592	0	2.029.592
11212003 - TAXA POR ALTERAÇÃO DE DADOS DE PRODUTOS	864.671	0	864.671

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	Posição até Relatório 1 (A)	Relatório 2 (B)	Posição Atual (A+B)
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	864.671	0	864.671
11212004 - TAXA POR REGISTRO DE OPERADORA	95.409	0	95.409
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	95.409	0	95.409
11212005 - TAXA POR ALTERAÇÃO DE DADOS DE OPERADORA	554.354	0	554.354
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	554.354	0	554.354
11212006 - TAXA POR PEDIDO DE REAJUSTE DE CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA	869.222	0	869.222
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	869.222	0	869.222
11212100 - TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	198.537.465	0	198.537.465
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	198.537.465	0	198.537.465
11212200 - TAXA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	328.412.002	0	328.412.002
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	328.412.002	0	328.412.002
11212400 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO SOBRE A DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE PRÊMIOS E SORTEIOS	4.652.323	0	4.652.323
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	4.652.323	0	4.652.323
11220100 - EMOLUMENTOS CONSULARES	125.733.505	0	125.733.505
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	125.733.505	0	125.733.505
11220200 - TAXA PEDIDO VISTO CONTRATO DE TRABALHO ESTRANGEIRO - MTE	1.012.382	0	1.012.382
175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	1.012.382	0	1.012.382
11220300 - TAXA DE UTILIZ. DO SIST. ELETRÔNICO DE CONT. DE ARREC. DO ADIC. AO FRETE P/ A REN. DA MARINHA MERC. - MERCANTE	15.895.466	0	15.895.466
175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	15.895.466	0	15.895.466
11220400 - TAXAS DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR	50.224.052	0	50.224.052
175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	50.224.052	0	50.224.052
11220700 - EMOLUMENTOS E CUSTAS DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL	14.428.229	0	14.428.229
127 - CUSTAS JUDICIAIS	14.428.229	0	14.428.229
11220800 - EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS	343.681.547	0	343.681.547

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	Posição até Relatório 1 (A)	Relatório 2 (B)	Posição Atual (A+B)
127 - CUSTAS JUDICIAIS	343.681.547	0	343.681.547
11221100 - TAXA DE UTILIZAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE COMÉRCIO EXTERIOR - SISCOMEX	133.711.249	0	133.711.249
175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	133.711.249	0	133.711.249
11221201 - EMOLUMENTOS E CUSTAS DE APRECIÇÃO DE ATOS E CONTRATOS	30.448.555	0	30.448.555
175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	30.448.555	0	30.448.555
11221500 - TAXA MILITAR	2.169.596	0	2.169.596
175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	2.169.596	0	2.169.596
11221900 - TAXA DE CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS	2.299.797	0	2.299.797
175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	2.299.797	0	2.299.797
11222100 - TAXAS DE SERVIÇOS CADASTRAIS	5.761.645	0	5.761.645
175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	5.761.645	0	5.761.645
11222200 - TAXA DE SERVIÇOS AQUÍCOLAS	1.658.174	0	1.658.174
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	1.658.174	0	1.658.174
12100101 - RECEITA DO PRINCIPAL DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	132.748.117.270	-1.312.902.738	131.435.214.532
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	26.549.623.449	-262.580.548	26.287.042.901
153 - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	106.198.493.821	-1.050.322.190	105.148.171.631
12100200 - CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	10.685.719.804	0	10.685.719.804
113 - CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	10.685.719.804	0	10.685.719.804
12100400 - COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	224.087.130	0	224.087.130
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	44.817.423	0	44.817.423
176 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	179.269.707	0	179.269.707
12100500 - CONTRIBUIÇÃO PARA O ENSINO AEROVIÁRIO	85.946.159	0	85.946.159
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	17.189.231	0	17.189.231
176 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	68.756.928	0	68.756.928
12100600 - CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO PROFISSIONAL MARÍTIMO	81.054.249	0	81.054.249
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	16.210.847	0	16.210.847

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	Posição até Relatório 1 (A)	Relatório 2 (B)	Posição Atual (A+B)
176 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	64.843.402	0	64.843.402
12100900 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A ARRECADAÇÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS REGIONAIS	1.111.766	0	1.111.766
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	222.349	0	222.349
120 - CONTRIBUIÇÕES S/ A ARRECADAÇÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS REGIONAIS	889.417	0	889.417
12101500 - CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DE PENSÕES MILITARES	1.497.742.740	0	1.497.742.740
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	299.548.545	0	299.548.545
123 - CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DAS PENSÕES MILITARES	1.198.194.195	0	1.198.194.195
12101700 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA DE SORTEIOS REALIZADOS POR ENTIDADES FILANTRÓPICAS	134.123	0	134.123
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	26.825	0	26.825
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	107.298	0	107.298
12101801 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA DA LOTERIA FEDERAL	43.565.028	0	43.565.028
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	8.713.008	0	8.713.008
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	34.852.020	0	34.852.020
12101802 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA DE LOTERIAS ESPORTIVAS	39.215.388	0	39.215.388
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	7.843.080	0	7.843.080
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	31.372.308	0	31.372.308
12101803 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA DE CONCURSOS ESPECIAIS DE LOTERIAS ESPORTIVAS	732.216	0	732.216
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	146.448	0	146.448
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	585.768	0	585.768
12101804 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA DE LOTERIAS DE NÚMEROS	1.951.683.227	0	1.951.683.227
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	390.336.648	0	390.336.648
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	1.561.346.579	0	1.561.346.579
12101805 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA DA LOTERIA INSTANTÂNEA	40.641.396	0	40.641.396
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	8.128.284	0	8.128.284
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	32.513.112	0	32.513.112
12101806 - PRÊMIOS PRESCRITOS DE LOTERIAS FEDERAIS.	105.501.744	0	105.501.744
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	21.100.344	0	21.100.344
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	84.401.400	0	84.401.400

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	Posição até Relatório 1 (A)	Relatório 2 (B)	Posição Atual (A+B)
12101808 - CONTRIBUIÇÃO RECEITA DE CONCURSO DE PROGNÓSTICO ESPECÍFICO DESTINADO AO DESENV. DO FUTEBOL TUU - RECURSUS ORDINARIUS	22.181.256 4.430.200	0 0	22.181.256 4.430.200
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	17.745.000	0	17.745.000
12102907 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O REGIME PRÓPRIO	6.083.300.401	0	6.083.300.401
156 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	6.083.300.401	0	6.083.300.401
12102909 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR INATIVO CIVIL PARA O REGIME PRÓPRIO	1.540.303.457	0	1.540.303.457
156 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	1.540.303.457	0	1.540.303.457
12102911 - CONTRIBUIÇÃO DE PENSIONISTA CIVIL PARA O REGIME PRÓPRIO	516.498.440	0	516.498.440
156 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	516.498.440	0	516.498.440
12103001 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO OBRIGATÓRIO - CONTRIBUINTE INDIVIDUAL	3.284.173.084	-38.420.089	3.245.752.995
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.284.173.084	-38.420.089	3.245.752.995
12103002 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO ASSALARIADO	35.299.316.439	-412.951.090	34.886.365.349
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	35.299.316.439	-412.951.090	34.886.365.349
12103003 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DA EMPRESA SOBRE SEGURADO ASSALARIADO	69.632.172.408	-814.595.987	68.817.576.421
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	69.632.172.408	-814.595.987	68.817.576.421
12103004 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DA EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES	19.721.247.015	-230.710.146	19.490.536.869
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	19.721.247.015	-230.710.146	19.490.536.869
12103005 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE ESPETÁCULO DESPORTIVO	45.414.179	0	45.414.179
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	45.414.179	0	45.414.179
12103006 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A PRODUÇÃO RURAL	2.648.430.690	-30.982.819	2.617.447.871
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.648.430.690	-30.982.819	2.617.447.871
12103007 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA EM REGIME DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS	7.317.016.128	0	7.317.016.128
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	7.317.016.128	0	7.317.016.128
12103008 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA O SEGURO DE ACIDENTE DO TRABALHO	8.087.733.680	0	8.087.733.680
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	8.087.733.680	0	8.087.733.680

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	Posição até Relatório 1 (A)	Relatório 2 (B)	Posição Atual (A+B)
12103009 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE RECLAMATÓRIA TRABALHISTA	1.665.490.598	0	1.665.490.598
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.665.490.598	0	1.665.490.598
12103012 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO FACULTATIVO	811.011.819	0	811.011.819
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	811.011.819	0	811.011.819
12103013 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO ESPECIAL	6.893.344	0	6.893.344
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	6.893.344	0	6.893.344
12103014 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO OBRIGATÓRIO - EMPREGADO DOMÉSTICO	2.065.668.930	-24.165.347	2.041.503.583
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.065.668.930	-24.165.347	2.041.503.583
12103015 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DOS ÓRGÃOS DO PODER PÚBLICO	14.643.517.704	0	14.643.517.704
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	14.643.517.704	0	14.643.517.704
12103016 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DAS ENTIDADES FILANTRÓPICAS	1.742.779.654	0	1.742.779.654
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.742.779.654	0	1.742.779.654
12103017 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - RETENÇÃO SOBRE NOTA FISCAL - SUBROGAÇÃO	13.100.732.152	0	13.100.732.152
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	13.100.732.152	0	13.100.732.152
12103018 - ARRECADAÇÃO FIES - CERTIFICADOS FINANCEIROS DO TESOIRO NACIONAL	1.085.605.704	0	1.085.605.704
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.085.605.704	0	1.085.605.704
12103019 - ARRECADAÇÃO FNS - CERTIFICADOS FINANCEIROS DO TESOIRO NACIONAL	287.628	0	287.628
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	287.628	0	287.628
12103021 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA NA FORMA DE DEPÓSITO JUDICIAL, RECURSAL E CUSTAS JUDICIAIS	1.595.501.388	0	1.595.501.388
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.595.501.388	0	1.595.501.388
12103023 - RECEITA DO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL E DO PARCELAMENTO ESPECIAL - CONTR EMPREGADOR E TRAB P/ A SEG SOCIAL	3.198.747.673	0	3.198.747.673
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.198.747.673	0	3.198.747.673
12103201 - CONTRIBUIÇÃO INDUSTRIAL RURAL	249.138.826	0	249.138.826
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	49.827.763	0	49.827.763
176 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	199.311.063	0	199.311.063

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	Posição até Relatório 1 (A)	Relatório 2 (B)	Posição Atual (A+B)
12103203 - ADICIONAL À CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA	952.956.094	0	952.956.094
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	190.591.217	0	190.591.217
176 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	762.364.877	0	762.364.877
12103701 - RECEITAS DOS PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E FORMAÇÃO PATRIMÔNIO SERVIDOR PÚBLICO	33.678.353.474	-326.857.455	33.351.496.019
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	6.735.670.693	-65.371.491	6.670.299.202
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	26.942.682.781	-261.485.964	26.681.196.817
12103801 - RECEITA DO PRINCIPAL DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS	49.527.174.787	-2.915.781.440	46.611.393.347
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	9.905.434.954	-583.156.288	9.322.278.666
151 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DAS PESSOAS JURÍDICAS	39.621.739.833	-2.332.625.152	37.289.114.681
12104700 - CONTRIBUIÇÃO RELATIVA À DESPEDIDA DE EMPREGADO SEM JUSTA CAUSA	2.237.022.984	0	2.237.022.984
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	447.404.592	0	447.404.592
184 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO DEVIDA AO TRABALHADOR E RELATIVA A DESPEDIDA DE EMPREGADO SEM JUSTA CAUSA	1.789.618.392	0	1.789.618.392
12200100 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL - PIN	24.222.250	0	24.222.250
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	4.844.447	0	4.844.447
115 - CONTRIBUIÇÃO PARA OS PROGRAMAS ESPECIAIS (PIN E PROTERRA)	19.377.803	0	19.377.803
12200200 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PROG. DE REDIST. DE TERRAS E DE ESTÍMULO A AGROIND. DO NORTE E DO NORD. - PROTERRA	16.148.166	0	16.148.166
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.229.629	0	3.229.629
115 - CONTRIBUIÇÃO PARA OS PROGRAMAS ESPECIAIS (PIN E PROTERRA)	12.918.537	0	12.918.537
12200301 - SELO ESPECIAL DE CONTROLE	181.439.682	0	181.439.682
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	36.287.933	0	36.287.933
131 - SELOS DE CONTROLE E LOJAS FRANCAS	145.151.749	0	145.151.749
12200302 - LOJAS FRANCAS, ENTREPOSTOS ADUANEIROS E DEPOSITOS ALFANDEGADOS	81.714.370	0	81.714.370
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	16.342.870	0	16.342.870
131 - SELOS DE CONTROLE E LOJAS FRANCAS	65.371.500	0	65.371.500
12200400 - RECEITA DE DIREITOS ANTIDUMPING E DOS DIREITOS COMPENSATÓRIOS	127.846.790	-127.846.790	0
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	25.569.354	-25.569.354	0
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	102.277.436	-102.277.436	0
12200500 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE APOSTAS EM COMPETIÇÕES HÍPICAS	726.612	0	726.612

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	Posição até Relatório 1 (A)	Relatório 2 (B)	Posição Atual (A+B)
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	145.319	0	145.319
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	581.293	0	581.293
12200601 - CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA NACIONAL - REMESSAS	647.761	0	647.761
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	129.548	0	129.548
130 - CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA NACIONAL	518.213	0	518.213
12200602 - CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA NACIONAL - TÍTULOS	50.004.974	0	50.004.974
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	10.000.990	0	10.000.990
130 - CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA NACIONAL	40.003.984	0	40.003.984
12201600 - ADICIONAL SOBRE AS TARIFAS DE PASSAGENS AÉREAS DOMÉSTICAS	499.877	0	499.877
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	99.971	0	99.971
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	399.906	0	399.906
12201800 - COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE	2.031.083.240	0	2.031.083.240
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	406.216.648	0	406.216.648
135 - COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE	1.624.866.592	0	1.624.866.592
12202400 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA DAS CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS DE ENERGIA ELÉTRICA	503.741.352	0	503.741.352
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	100.748.269	0	100.748.269
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	402.993.083	0	402.993.083
12202500 - CONTRIBUIÇÃO PELA LICENÇA DE USO, AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA	936.110.624	68.388.075	1.004.498.699
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	187.222.120	13.677.615	200.899.735
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	748.888.504	54.710.460	803.598.964
12202601 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA OPERACIONAL BRUTA DECORRENTE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	785.562.714	0	785.562.714
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	157.112.540	0	157.112.540
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	628.450.174	0	628.450.174
12202602 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA BRUTA DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	437.588.702	0	437.588.702
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	87.517.739	0	87.517.739
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	350.070.963	0	350.070.963
12202701 - CONTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS INSTALADAS NA AMAZÔNIA	33.556.370	0	33.556.370
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	6.711.272	0	6.711.272
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	26.845.098	0	26.845.098

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	Posição até Relatório 1 (A)	Relatório 2 (B)	Posição Atual (A+B)
12202702 - CONTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS INSTALADAS NAS DEMAIS REGIÕES	71.034.545	0	71.034.545
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	14.206.905	0	14.206.905
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	56.827.640	0	56.827.640
12202801 - CONTRIBUIÇÃO RELATIVA ÀS ATIVIDADES DE IMPORTAÇÃO DE PETRÓLEO E SEUS DERIVADOS, GÁS NATURAL E ÁLCOOL CARBURANT	775.322.590	0	775.322.590
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	155.064.516	0	155.064.516
111 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - COMBUSTÍVEIS	620.258.074	0	620.258.074
12202802 - CONTRIBUIÇÃO RELATIVA ÀS ATIVIDADES DE COMERCIALIZAÇÃO DE PETRÓLEO E SEUS DERIVADOS, GÁS NATURAL E ÁLCOOL CARB	3.836.129.657	0	3.836.129.657
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	767.225.930	0	767.225.930
111 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - COMBUSTÍVEIS	3.068.903.727	0	3.068.903.727
13110000 - ALUGUÉIS	75.102.931	0	75.102.931
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	4.105.655	0	4.105.655
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	6.431.688	0	6.431.688
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	64.565.588	0	64.565.588
13120000 - ARRENDAMENTOS	95.559.054	0	95.559.054
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	10.654.376	0	10.654.376
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.735.169	0	1.735.169
186 - OUTRAS RECEITAS ORIGINÁRIAS	30.000.000	0	30.000.000
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	53.169.509	0	53.169.509
13130000 - FOROS	64.485.015	0	64.485.015
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	64.485.015	0	64.485.015
13140000 - LAUDÊMIOS	189.795.680	0	189.795.680
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	189.795.680	0	189.795.680
13151000 - TAXA DE OCUPAÇÃO DE TERRENOS DA UNIÃO	25.334	0	25.334
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	25.334	0	25.334
13152000 - TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMÓVEIS FUNCIONAIS E PRÓPRIOS NACIONAIS RESIDENCIAIS	44.131.274	0	44.131.274
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.639.503	0	2.639.503
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	41.491.771	0	41.491.771
13153000 - TAXA DE OCUPAÇÃO DE OUTROS IMÓVEIS	61.933.937	0	61.933.937

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	Posição até Relatório 1 (A)	Relatório 2 (B)	Posição Atual (A+B)
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	3.968.331	0	3.968.331
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	57.965.606	0	57.965.606
13190000 - OUTRAS RECEITAS IMOBILIÁRIAS	25.806.573	0	25.806.573
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.155.090	0	2.155.090
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	23.651.483	0	23.651.483
13210000 - JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	22.413.656	0	22.413.656
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	14.046.430	0	14.046.430
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	8.367.226	0	8.367.226
13220000 - DIVIDENDOS	10.849.912.887	-739.206.801	10.110.706.086
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	286.438.058	0	286.438.058
197 - DIVIDENDOS - UNIÃO	10.543.209.476	-739.206.801	9.804.002.675
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	20.265.353	0	20.265.353
13250000 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	5.410.198.433	0	5.410.198.433
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	4.027.538.302	0	4.027.538.302
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	1.255.644.579	0	1.255.644.579
293 - PRODUTO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS A CONTA DO SALÁRIO - EDUCAÇÃO	127.015.552	0	127.015.552
13260000 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS ESPECIAIS	2.856.060.701	0	2.856.060.701
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	2.856.060.701	0	2.856.060.701
13270000 - REMUNERAÇÃO DE SALDOS DE RECURSOS NÃO DESEMBOLSADOS	111.325.918	0	111.325.918
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	111.325.918	0	111.325.918
13310101 - RECEITA DE OUTORGA DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTES FERROVIÁRIO	1.623.524.784	0	1.623.524.784
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	1.623.524.784	0	1.623.524.784
13310102 - RECEITA DE OUTORGA DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIO INTERESTADUAL E INTERNACIONAL	7.749	0	7.749
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	7.749	0	7.749
13310201 - RECEITA DE OUTORGA DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO	1.004.466.612	0	1.004.466.612
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	1.004.466.612	0	1.004.466.612
13310202 - RECEITA DE OUTORGA DOS SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO SONORA E DE SONS E IMAGENS	24.600.000	0	24.600.000

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	Posição até Relatório 1 (A)	Relatório 2 (B)	Posição Atual (A+B)
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	24.600.000	0	24.600.000
13310203 - RECEITA DE OUTROGA DO DIREITO DE USO DE RADIOFREQUÊNCIA	12.484.932	0	12.484.932
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	12.484.932	0	12.484.932
13310204 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIA DE CONCESSÃO , DE PERMISSÃO OU DE AUTORIZAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÃO	2.988.504	0	2.988.504
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	2.988.504	0	2.988.504
13320101 - BÔNUS DE ASSINATURA DE CONTRATO DE CONCESSÃO	1.587.372.561	0	1.587.372.561
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	1.587.372.561	0	1.587.372.561
13320102 - PAGAMENTO PELA RETENÇÃO DE ÁREA PARA EXPLORAÇÃO OU PRODUÇÃO	160.692.000	0	160.692.000
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	160.692.000	0	160.692.000
13320200 - RECEITA DE OUTORGA DE DIREITOS DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS	34.897.716	0	34.897.716
116 - RECURSOS DE OUTORGA DE DIREITOS DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS	34.897.716	0	34.897.716
13320300 - RECEITA DE OUTORGA DE ÁREA PARA EXPLORAÇÃO E PESQUISA MINERAL	111.028.444	0	111.028.444
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	111.028.444	0	111.028.444
13320401 - RECEITA DE CONCESSÃO DE FLORESTAS NACIONAIS - VALOR MÍNIMO	1.134.000	0	1.134.000
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	1.134.000	0	1.134.000
13320402 - RECEITA DE CONCESSÃO DE FLORESTAS NACIONAIS - DEMAIS VALORES	2.646.000	0	2.646.000
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	2.646.000	0	2.646.000
13320403 - RECEITA OUTRAS CONCESSÕES FLORESTAIS - VALOR MÍNIMO	1.386.000	0	1.386.000
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	1.386.000	0	1.386.000
13320404 - RECEITA DE OUTRAS CONCESSÕES FLORESTAIS - DEMAIS VALORES	3.233.600	0	3.233.600
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	3.233.600	0	3.233.600
13320405 - RECEITA DE CUSTOS DE EDITAL DE CONCESSÃO FLORESTAL	500.000	0	500.000
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	500.000	0	500.000
13320406 - RECEITA DE CONTRATOS DETRANSIÇÃO DE CONCESSÃO FLORESTAL	1.348.000	0	1.348.000

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	Posição até Relatório 1 (A)	Relatório 2 (B)	Posição Atual (A+B)
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	1.348.000	0	1.348.000
13330100 - RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA	2.410.061	0	2.410.061
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	909.736	0	909.736
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.500.325	0	1.500.325
13390000 - OUTRAS RECEITAS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	75	0	75
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	75	0	75
13400100 - UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS - ITAIPU	343.168.500	0	343.168.500
134 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	343.168.500	0	343.168.500
13400200 - UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS - DEMAIS EMPRESAS	1.454.645.857	0	1.454.645.857
134 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	1.454.645.857	0	1.454.645.857
13400300 - EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS	744.999.974	0	744.999.974
141 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS	744.999.974	0	744.999.974
13400400 - ROYALTIES PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL - EM TERRA	764.493.524	-137.499.415	626.994.109
142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL	764.493.524	-137.499.415	626.994.109
13400500 - ROYALTIES PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - EM PLATAFORMA	6.326.044.634	-1.137.782.606	5.188.262.028
142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL	6.326.044.634	-1.137.782.606	5.188.262.028
13400600 - ROYALTIES EXCEDENTES PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - EM TERRA	685.746.914	-123.336.296	562.410.618
142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL	685.746.914	-123.336.296	562.410.618
13400700 - ROYALTIES EXCEDENTES PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - EM PLATAFORMA	6.194.809.091	-1.114.178.992	5.080.630.099
142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL	6.194.809.091	-1.114.178.992	5.080.630.099
13400800 - PARTICIPAÇÃO ESPECIAL PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL	16.966.836.903	-3.051.602.230	13.915.234.673
142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL	16.966.836.903	-3.051.602.230	13.915.234.673
13900000 - OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	77.847.081	0	77.847.081
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	77.762.875	0	77.762.875
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	84.206	0	84.206

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	Posição até Relatório 1 (A)	Relatório 2 (B)	Posição Atual (A+B)
14100000 - RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	13.400.568	0	13.400.568
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	314.999	0	314.999
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	13.085.569	0	13.085.569
14200000 - RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	9.644.479	0	9.644.479
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	57.924	0	57.924
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	9.586.555	0	9.586.555
14900000 - OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	33.275	0	33.275
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	33.275	0	33.275
15201200 - RECEITA DA INDÚSTRIA MECÂNICA	501.968.719	0	501.968.719
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	501.968.719	0	501.968.719
15202000 - RECEITA DA INDÚSTRIA QUÍMICA	29.215.020	0	29.215.020
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	29.215.020	0	29.215.020
15202100 - RECEITA DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E VETERINÁRIOS	72.910.518	0	72.910.518
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	72.910.518	0	72.910.518
15202600 - RECEITA DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES	2.548.280	0	2.548.280
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.548.280	0	2.548.280
15202700 - RECEITA DA INDÚSTRIA DE BEBIDAS E DESTILADOS	496.826	0	496.826
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	496.826	0	496.826
15202900 - RECEITA DA INDÚSTRIA EDITORIAL E GRÁFICA	45.261.025	0	45.261.025
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	44.534.407	0	44.534.407
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	726.618	0	726.618
15209900 - OUTRAS RECEITAS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	1.478.507	0	1.478.507
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	280.340	0	280.340
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.198.167	0	1.198.167
16000101 - SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS	103.877	0	103.877
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	103.877	0	103.877

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	Posição até Relatório 1 (A)	Relatório 2 (B)	Posição Atual (A+B)
16000102 - SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS, PERIÓDICOS, MATERIAL ESCOLAR E DE PUBLICIDADE	17.602.725	0	17.602.725
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	17.352.580	0	17.352.580
16000103 - SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS	279.153	0	279.153
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	279.153	0	279.153
16000106 - SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS, DADOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA	43.250.766	0	43.250.766
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	41.961.007	0	41.961.007
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.289.759	0	1.289.759
16000199 - OUTROS SERVIÇOS COMERCIAIS	18.420.291	0	18.420.291
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	18.420.291	0	18.420.291
16000201 - JUROS DE EMPRÉSTIMOS	24.364.840.963	0	24.364.840.963
159 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	3.795.211.837	0	3.795.211.837
160 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	1.040.612.794	0	1.040.612.794
171 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - BEA/BIB	413.530.878	0	413.530.878
173 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - ESTADOS E MUNICÍPIOS	17.865.492.438	0	17.865.492.438
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	1.039.194.629	0	1.039.194.629
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	210.798.387	0	210.798.387
16000203 - SERVIÇOS FINANCEIROS DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS	576.370	0	576.370
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	576.370	0	576.370
16000204 - SERVIÇOS FINANCEIROS DE GARANTIA DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA	50.594.347	0	50.594.347
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	50.594.347	0	50.594.347
16000206 - REMUNERAÇÃO SOBRE REPASSE PARA PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	5.036.669.428	0	5.036.669.428
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	5.036.669.428	0	5.036.669.428
16000299 - OUTROS SERVIÇOS FINANCEIROS	8.465.202	0	8.465.202
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	8.465.202	0	8.465.202
16000301 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO	263.610	0	263.610
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	263.610	0	263.610
16000302 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO	158.136.450	0	158.136.450

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	Posição até Relatório 1 (A)	Relatório 2 (B)	Posição Atual (A+B)
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	158.136.450	0	158.136.450
16000303 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	3.378	0	3.378
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	3.378	0	3.378
16000304 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE AÉREO	1.001.244	0	1.001.244
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.001.244	0	1.001.244
16000400 - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO	6.584.374	0	6.584.374
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	6.584.374	0	6.584.374
16000501 - SERVIÇOS HOSPITALARES	159.048.260	0	159.048.260
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	120.000	0	120.000
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	158.928.260	0	158.928.260
16000503 - SERVIÇOS RADIOLÓGICOS E LABORATORIAIS	1.252.137	0	1.252.137
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.252.137	0	1.252.137
16000505 - SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE SUPLEMENTAR DO SERVIDOR CIVIL	18.522.000	0	18.522.000
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	18.522.000	0	18.522.000
16000599 - OUTROS SERVIÇOS DE SAÚDE	102.991	0	102.991
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	102.991	0	102.991
16000600 - SERVIÇOS PORTUÁRIOS	198.228	0	198.228
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	198.228	0	198.228
16000700 - SERVIÇOS DE ARMAZENAGEM	31.561.948	0	31.561.948
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	18.944	0	18.944
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	31.543.004	0	31.543.004
16000800 - SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	56.269.706	0	56.269.706
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	32.938.305	0	32.938.305
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	23.331.401	0	23.331.401
16000900 - SERVIÇOS DE SOCORRO MARÍTIMO	3.502	0	3.502
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	3.502	0	3.502

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	Posição até Relatório 1 (A)	Relatório 2 (B)	Posição Atual (A+B)
16001101 - METROLOGIA LEGAL E CERTIFICATORIA DELEGADA	296.925.692	0	296.925.692
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	296.925.692	0	296.925.692
16001102 - METROLOGIA CIENTÍFICA E INDUSTRIAL	1.545.447	0	1.545.447
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	10.124	0	10.124
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.535.323	0	1.535.323
16001103 - METROLOGIA LEGAL	4.444.875	0	4.444.875
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	4.444.875	0	4.444.875
16001104 - CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS	31.973.250	0	31.973.250
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.591.377	0	2.591.377
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	29.381.873	0	29.381.873
16001105 - INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA	260.657	0	260.657
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	260.657	0	260.657
16001200 - SERVIÇOS TECNOLÓGICOS	7.847.950	0	7.847.950
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.764.461	0	1.764.461
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	6.083.489	0	6.083.489
16001300 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	1.060.669.671	0	1.060.669.671
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	440.760.138	0	440.760.138
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	619.909.533	0	619.909.533
16001400 - SERVIÇOS DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO	110.942.645	0	110.942.645
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	110.942.645	0	110.942.645
16001500 - SERVIÇOS DE METEOROLOGIA	388.859	0	388.859
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	368.235	0	368.235
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	20.624	0	20.624
16001600 - SERVIÇOS EDUCACIONAIS	155.842.097	0	155.842.097
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	11.265.965	0	11.265.965
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	144.576.132	0	144.576.132
16001700 - SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS	5.260.375	0	5.260.375

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	Posição até Relatório 1 (A)	Relatório 2 (B)	Posição Atual (A+B)
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	5.018.896	0	5.018.896
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	241.479	0	241.479
16001800 - SERVIÇOS DE REPARAÇÃO, MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO	824.096	0	824.096
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	824.096	0	824.096
16001900 - SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAIS	9.647.401	0	9.647.401
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	302.468	0	302.468
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	9.344.933	0	9.344.933
16002000 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ASSISTENCIA TÉCNICA E ANALISE DE PROJETOS	42.233.002	0	42.233.002
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	154.155	0	154.155
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	42.078.847	0	42.078.847
16002100 - SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	32.194.313	0	32.194.313
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	234.639	0	234.639
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	31.959.674	0	31.959.674
16002200 - SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	50.973.339	0	50.973.339
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	76.943	0	76.943
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	50.896.396	0	50.896.396
16002300 - SERVIÇOS DE REGISTRO DE MARCAS, DE PATENTES E DE TRANSFERÊNCIAS DE TECNOLOGIA	480.000	0	480.000
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	480.000	0	480.000
16002301 - SERVIÇOS DE PATENTES	67.601.688	0	67.601.688
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	67.601.688	0	67.601.688
16002302 - SERVIÇOS DE REGISTRO DE MARCAS	130.189.094	0	130.189.094
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	130.189.094	0	130.189.094
16002303 - SERVIÇOS DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA	17.304.449	0	17.304.449
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	17.304.449	0	17.304.449
16002304 - SERVIÇOS DE REGISTRO DE INDICAÇÕES GEOGRAFICAS	11.958	0	11.958
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	11.958	0	11.958
16002305 - SERVIÇOS DE REGISTRO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR	675.094	0	675.094

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	Posição até Relatório 1 (A)	Relatório 2 (B)	Posição Atual (A+B)
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	675.094	0	675.094
16002400 - SERVIÇOS DE REGISTRO DO COMÉRCIO	9.194.505	0	9.194.505
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	9.028.585	0	9.028.585
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	165.920	0	165.920
16002500 - SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS	68.688.928	0	68.688.928
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	36.373	0	36.373
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	68.652.555	0	68.652.555
16002600 - SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA	5.966.509	0	5.966.509
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	5.966.509	0	5.966.509
16002800 - SERVIÇOS DE GEOPROCESSAMENTO	1.597.919	0	1.597.919
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.597.919	0	1.597.919
16003000 - TARIFA DE UTILIZAÇÃO DE FARÓIS	79.159.348	0	79.159.348
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	79.159.348	0	79.159.348
16003102 - ADICIONAL SOBRE TARIFA AEROPORTUÁRIA	418.677.391	0	418.677.391
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	418.677.391	0	418.677.391
16003103 - PARCELA DA TARIFA DE EMBARQUE INTERNACIONAL	253.146.045	0	253.146.045
186 - OUTRAS RECEITAS ORIGINÁRIAS	253.146.045	0	253.146.045
16003200 - SERVIÇOS DE CADASTRO DA ATIVIDADE MINERAL	14.189.829	0	14.189.829
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	14.189.829	0	14.189.829
16003301 - TARIFAS DE USO DAS COMUNICAÇÕES E DOS AUXÍLIOS A NAVEGAÇÃO AÉREA EM ROTA	350.000.000	0	350.000.000
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	350.000.000	0	350.000.000
16003302 - ADICIONAL SOBRE TARIFAS DE USO DAS COMUNICAÇÕES E DOS AUXÍLIOS A NAVEGAÇÃO AÉREA EM ROTA	290.000.000	0	290.000.000
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	290.000.000	0	290.000.000
16003500 - SERVIÇOS DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS	13.995.410	0	13.995.410
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	13.995.410	0	13.995.410

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	Posição até Relatório 1 (A)	Relatório 2 (B)	Posição Atual (A+B)
16003601 - TARIFA PELO USO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO BANCO CENTRAL	109.488.544	0	109.488.544
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	109.488.544	0	109.488.544
16003602 - TARIFA PELO USO DO SISTEMA DE TRANSFERÊNCIA DE RESERVA DO BANCO CENTRAL	12.146.705	0	12.146.705
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	12.146.705	0	12.146.705
16003703 - COMISSÕES PELA PRESTAÇÃO DE GARANTIA	230.557	0	230.557
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	230.557	0	230.557
16004000 - CERTIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PRODUTOS DE TELECOMUNICAÇÕES	611.332	0	611.332
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	53.169	0	53.169
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	558.163	0	558.163
16005600 - CERTIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA ATIVIDADE MINERÁRIA	2.530.000	0	2.530.000
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.530.000	0	2.530.000
16006002 - SERVIÇOS DECORRENTES DE PARCERIAS COM OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS	120.000	0	120.000
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	120.000	0	120.000
16009900 - OUTROS SERVIÇOS	29.248.713	0	29.248.713
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	29.248.713	0	29.248.713
17300000 - TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	94.379.030	0	94.379.030
196 - DOAÇÕES DE PESSOAS OU INSTITUIÇÕES PRIVADAS NACIONAIS	31.360.000	0	31.360.000
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	62.964.030	0	62.964.030
296 - DOAÇÕES DE PESSOAS OU INSTITUIÇÕES PRIVADAS NACIONAIS	55.000	0	55.000
17400000 - TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	74.586.981	0	74.586.981
195 - DOAÇÕES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	74.586.981	0	74.586.981
17500000 - TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	444.000	0	444.000
296 - DOAÇÕES DE PESSOAS OU INSTITUIÇÕES PRIVADAS NACIONAIS	444.000	0	444.000
17610000 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	62.412.861	0	62.412.861
181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	16.716.486	0	16.716.486
281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	45.696.375	0	45.696.375

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	Posição até Relatório 1 (A)	Relatório 2 (B)	Posição Atual (A+B)
17620000 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E SUAS ENTIDADES	43.877.173	0	43.877.173
181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	6.506.000	0	6.506.000
281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	37.371.173	0	37.371.173
17630000 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	15.531.905	0	15.531.905
181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	315.000	0	315.000
281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	15.216.905	0	15.216.905
17640000 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	12.929.752	0	12.929.752
181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	105.000	0	105.000
281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	12.824.752	0	12.824.752
17720000 - PROVENIENTES DE PESSOAS JURÍDICAS	398.002	0	398.002
194 - DOAÇÕES PARA COMBATE À FOME	398.002	0	398.002
17730000 - PROVENIENTES DE PESSOAS FÍSICAS	31.287	0	31.287
194 - DOAÇÕES PARA COMBATE À FOME	31.287	0	31.287
17740000 - PROVENIENTES DE DEPÓSITO NÃO-IDENTIFICADOS	169.156	0	169.156
194 - DOAÇÕES PARA COMBATE À FOME	169.156	0	169.156
19110101 - RECEITA DE MULTA E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	93.503.497	0	93.503.497
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	18.700.698	0	18.700.698
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	13.464.500	0	13.464.500
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	25.152.442	0	25.152.442
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	36.185.857	0	36.185.857
19110201 - MULTA E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS	889.602.729	0	889.602.729
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	177.920.549	0	177.920.549
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	427.009.308	0	427.009.308
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	56.044.969	0	56.044.969
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	148.652.618	0	148.652.618
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	79.975.285	0	79.975.285
19110202 - MULTA E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA DAS PESSOAS JURÍDICAS	2.057.855.733	0	2.057.855.733
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	411.571.148	0	411.571.148
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	987.770.753	0	987.770.753
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	129.644.909	0	129.644.909

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	Posição até Relatório 1 (A)	Relatório 2 (B)	Posição Atual (A+B)
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	370.208.248	0	370.208.248
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	158.660.675	0	158.660.675
19110203 - MULTA E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NAS FONTES	471.652.177	0	471.652.177
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	94.330.439	0	94.330.439
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	226.393.046	0	226.393.046
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	29.714.083	0	29.714.083
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	56.975.582	0	56.975.582
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	64.239.027	0	64.239.027
19110204 - RECEITA DO PROG. DE RECUP. FISCAL E DO PARCELAM. ESPECIAL - MJM IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA JURÍDICA	423.689.208	0	423.689.208
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	84.737.845	0	84.737.845
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	203.370.818	0	203.370.818
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	26.692.417	0	26.692.417
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	67.493.694	0	67.493.694
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	41.394.434	0	41.394.434
19110205 - RECEITA DO PROG. DE RECUP. FISCAL E DO PARCELAM. ESPECIAL - MJM IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE	77.676.936	0	77.676.936
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	15.535.391	0	15.535.391
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	37.284.928	0	37.284.928
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	4.893.646	0	4.893.646
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	9.383.373	0	9.383.373
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	10.579.598	0	10.579.598
19110206 - RECEITA DO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL E DO PARCELAMENTO ESPECIAL - MJ M S/ IRPF	38.103.864	0	38.103.864
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	7.620.777	0	7.620.777
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	18.289.852	0	18.289.852
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	2.400.540	0	2.400.540
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	6.069.949	0	6.069.949
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	3.722.746	0	3.722.746
19110301 - RECEITA DE MULTA E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	690.687.046	0	690.687.046
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	138.137.412	0	138.137.412
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	400.598.490	0	400.598.490
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	31.080.914	0	31.080.914
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	74.939.543	0	74.939.543
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	45.930.687	0	45.930.687
19110401 - RECEITA DE MULTA E JUROS DE MORA IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO E SEGURO, OU RELATIVAS A TÍTULOS	202.979.837	0	202.979.837
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	40.595.966	0	40.595.966

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	Posição até Relatório 1 (A)	Relatório 2 (B)	Posição Atual (A+B)
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	29.229.093	0	29.229.093
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	50.602.874	0	50.602.874
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	82.551.904	0	82.551.904
19110701 - RECEITA DE MULTA E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	413.315	0	413.315
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	82.661	0	82.661
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	59.515	0	59.515
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	187.071	0	187.071
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	84.068	0	84.068
19110800 - MULTA E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	38.709.401	0	38.709.401
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	7.741.878	0	7.741.878
102 - TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	19.354.711	0	19.354.711
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	2.090.303	0	2.090.303
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	1.428.373	0	1.428.373
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	8.094.136	0	8.094.136
19113100 - MULTA E JUROS DE MORA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	1.800.375	0	1.800.375
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	1.800.375	0	1.800.375
19113200 - MULTA E JUROS DE MORA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS PRODUTOS CONTROLADOS PELO MINISTÉRIO DO EXERCITO	116.928	0	116.928
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	116.928	0	116.928
19113400 - MULTAS E JUROS DE MORA TAXA FISCALIZAÇÃO MERCADOS SEGURO, DA CAPITALIZAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA	35.018	0	35.018
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	35.018	0	35.018
19113600 - MULTAS E JUROS DE MORA DA TAXA DE SAÚDE SUPLEMENTAR	503.954	0	503.954
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	503.954	0	503.954
19113700 - MULTAS E JUROS DE MORA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	68.651	0	68.651
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	68.651	0	68.651
19119901 - MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS - PRINCIPAL	730.859	0	730.859
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	730.859	0	730.859
19120101 - RECEITA DE MULTA E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	955.922.544	0	955.922.544
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	191.184.506	0	191.184.506
153 - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	764.738.038	0	764.738.038

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	Posição até Relatório 1 (A)	Relatório 2 (B)	Posição Atual (A+B)
19120102 - RECEITA DO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL E DO PARCELAMENTO ESPECIAL - MJM DA CONT. P/ FIN. SEG. SOCIAL	112.653.827	0	112.653.827
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	22.530.762	0	22.530.762
153 - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	90.123.065	0	90.123.065
19120200 - MULTA E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.330.175	0	1.330.175
113 - CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.330.175	0	1.330.175
19120301 - RECEITA DE MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO RELATIVA ÀS ATIVIDADES DE COMERCIALIZAÇÃO DE PETRÓLEO E SEUS	8.679.680	0	8.679.680
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.735.935	0	1.735.935
111 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - COMBUSTÍVEIS	2.359.135	0	2.359.135
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	2.119.580	0	2.119.580
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	2.465.030	0	2.465.030
19123001 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO OBRIGATÓRIO - CONTRIBUINTE INDIVIDUAL	157.473.694	0	157.473.694
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	157.473.694	0	157.473.694
19123002 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO ASSALARIADO	415.395.996	0	415.395.996
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	415.395.996	0	415.395.996
19123003 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DA EMPRESA SOBRE SEGURADO ASSALARIADO	414.841.245	0	414.841.245
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	414.841.245	0	414.841.245
19123005 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE ESPETÁCULO DESPORTIVO	206.142	0	206.142
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	206.142	0	206.142
19123006 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A PRODUÇÃO RURAL	15.154.779	0	15.154.779
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	15.154.779	0	15.154.779
19123007 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA EM REGIME DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS	822.485.412	0	822.485.412
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	822.485.412	0	822.485.412
19123008 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA O SEGURO DE ACIDENTE DO TRABALHO	48.592.178	0	48.592.178
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	48.592.178	0	48.592.178
19123009 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE RECLAMATÓRIA TRABALHISTA	44.612.739	0	44.612.739
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	44.612.739	0	44.612.739

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	Posição até Relatório 1 (A)	Relatório 2 (B)	Posição Atual (A+B)
19123012 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO FACULTATIVO	5.119.988	0	5.119.988
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDENCIA SOCIAL	5.119.988	0	5.119.988
19123013 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO ESPECIAL	84.617	0	84.617
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	84.617	0	84.617
19123014 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO OBRIGATÓRIO - EMPREGADO DOMÉSTICO	45.138.146	0	45.138.146
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	45.138.146	0	45.138.146
19123015 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DOS ÓRGÃOS DO PODER PÚBLICO	87.141.701	0	87.141.701
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	87.141.701	0	87.141.701
19123016 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DAS ENTIDADES FILANTRÓPICAS	21.183.094	0	21.183.094
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	21.183.094	0	21.183.094
19123017 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - RETENÇÃO SOBRE NOTA FISCAL - SUBROGAÇÃO	81.839.415	0	81.839.415
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	81.839.415	0	81.839.415
19123018 - MULTAS E JUROS DE MORA DA ARRECAÇÃO FIES - CERTIFICADOS FINANCEIROS DO TESOIRO NACIONAL	443.244	0	443.244
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	443.244	0	443.244
19123021 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA NA FORMA DE DEPÓSITO JUDICIAL, RECURSAL E CUSTAS JUDIC.	2.244	0	2.244
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.244	0	2.244
19123099 - MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	123.405	0	123.405
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	123.405	0	123.405
19123101 - RECEITA DE MULTA E JUROS DE MORA CONTRIBUIÇÕES PROGRAMA INTEGRAÇÃO SOCIAL FORMAÇÃO PATRIMÔNIO SERVIDOR PÚBLICO	280.517.693	0	280.517.693
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	56.103.536	0	56.103.536
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	224.414.157	0	224.414.157
19123102 - RECEITA DO PROG. DE RECUP. FISC. E DO PARC. ESP. - MJM DAS CONTR. P/ PROG. DE INT. SOC. FORM. PATR. SERV. PUB.	22.329.410	0	22.329.410
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	4.465.881	0	4.465.881
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	17.863.529	0	17.863.529
19123201 - RECEITA MULTA E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS	695.900.424	0	695.900.424
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	139.180.082	0	139.180.082

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	Posição até Relatório 1 (A)	Relatório 2 (B)	Posição Atual (A+B)
151 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DAS PESSOAS JURÍDICAS	556.720.342	0	556.720.342
19123202 - RECEITA DO PROG. DE RECUP. FISC. E DO PARCEL. ESPECIAL - MJM DA CONT. SOC. S/ O LUC.DAS PES. JURIDICA	38.670.330	0	38.670.330
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	7.734.064	0	7.734.064
151 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DAS PESSOAS JURÍDICAS	30.936.266	0	30.936.266
19125200 - MULTAS E JUROS DE MORA DA COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA A RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE	378.620	0	378.620
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	75.725	0	75.725
135 - COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE	302.895	0	302.895
19125300 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO RELATIVA À DESPEDIDA DE EMPREGO SEM JUSTA CAUSA	16.045.992	0	16.045.992
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.209.198	0	3.209.198
184 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO DEVIDA AO TRABALHADOR E RELATIVA A DESPEDIDA DE EMPREGADO SEM JUSTA CAUSA	12.836.794	0	12.836.794
19125501 - JUROS DE MORA DO FUNDAF - RECEITA DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	1.254.907.103	0	1.254.907.103
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	250.981.416	0	250.981.416
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	1.003.925.687	0	1.003.925.687
19125502 - JUROS DE MORA DO FUNDAF - REFIS E PAES DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	932.436.302	0	932.436.302
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	186.487.257	0	186.487.257
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	745.949.045	0	745.949.045
19125505 - JUROS DE MORA DO FUNDAF - RECEITA CONTRIB. PROG. INTEGRAÇÃO SOCIAL E FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERV. PÚBLICO	514.521.434	0	514.521.434
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	102.904.284	0	102.904.284
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	411.617.150	0	411.617.150
19125506 - JUROS DE MORA DO FUNDAF - REFIS E PAES DAS CONTRIBUIÇÕES PARA O PIS/PASEP	188.936.692	0	188.936.692
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	37.787.335	0	37.787.335
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	151.149.357	0	151.149.357
19125507 - JUROS DE MORA DO FUNDAF - RECEITA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS	1.321.995.502	0	1.321.995.502
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	264.399.096	0	264.399.096
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	1.057.596.406	0	1.057.596.406
19125508 - JUROS DE MORA DO FUNDAF - REFIS E PAES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS	294.397.823	0	294.397.823
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	58.879.561	0	58.879.561
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	235.518.262	0	235.518.262

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	Posição até Relatório 1 (A)	Relatório 2 (B)	Posição Atual (A+B)
19129901 - MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES - PRINCIPAL	15.213.828	0	15.213.828
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	11.720.124	0	11.720.124
130 - CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA NACIONAL	633.936	0	633.936
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	2.859.768	0	2.859.768
19130101 - RECEITA DE MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	8.370.203	0	8.370.203
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.674.038	0	1.674.038
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	1.205.307	0	1.205.307
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	5.490.858	0	5.490.858
19130201 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOAS FÍSICAS	189.156.394	0	189.156.394
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	75.908.473	0	75.908.473
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	90.795.066	0	90.795.066
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	11.916.849	0	11.916.849
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	10.536.006	0	10.536.006
19130202 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA DAS PESSOAS JURÍDICAS	233.603.181	0	233.603.181
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	96.314.601	0	96.314.601
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	112.129.523	0	112.129.523
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	14.716.998	0	14.716.998
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	10.442.059	0	10.442.059
19130203 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NAS FONTES	69.826.172	0	69.826.172
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	29.054.678	0	29.054.678
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	33.516.562	0	33.516.562
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	4.399.044	0	4.399.044
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	2.855.888	0	2.855.888
19130204 - RECEITA DO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL E DO PARCELAMENTO ESPECIAL - MJM DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO DE RENDA PJ	86.247.517	0	86.247.517
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	35.559.862	0	35.559.862
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	41.398.804	0	41.398.804
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	5.433.590	0	5.433.590
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	3.855.261	0	3.855.261
19130205 - RECEITA DO PROG. DE RECUP. FISCAL E DO PARCELAM. ESPECIAL - MJM DÍVIDA ATIVA IMP. DO IRRF - RETIDO NA FONTE	9.251.853	0	9.251.853
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.849.706	0	3.849.706
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	4.440.888	0	4.440.888
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	582.862	0	582.862
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	378.397	0	378.397

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	Posição até Relatório 1 (A)	Relatório 2 (B)	Posição Atual (A+B)
19130206 - RECEITA DO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL E DO PARCELAMENTO ESPECIAL - M J M DÍVIDA ATIVA PESSOAS FÍSICAS	20.572.187	0	20.572.187
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	8.560.097	0	8.560.097
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	9.874.645	0	9.874.645
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	1.296.046	0	1.296.046
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	841.399	0	841.399
19130301 - RECEITA DE MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	153.938.656	0	153.938.656
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	30.787.735	0	30.787.735
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	89.284.418	0	89.284.418
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	6.927.236	0	6.927.236
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	26.939.267	0	26.939.267
19130401 - RECEITA DE M. E JUROS DE M. DA DÍV. ATIVA DO IMP. S/ OPER. DE CRÉD., CÂMBIO E SEGURO OU REL. A TIT. OU VAL MOB	8.879.644	0	8.879.644
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.775.926	0	1.775.926
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	1.278.664	0	1.278.664
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	5.825.054	0	5.825.054
19130701 - MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	923.222	0	923.222
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	184.642	0	184.642
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	132.941	0	132.941
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	605.639	0	605.639
19130800 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	21.729.101	0	21.729.101
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	8.550.403	0	8.550.403
102 - TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	10.864.558	0	10.864.558
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	1.173.368	0	1.173.368
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	1.140.772	0	1.140.772
19130900 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	24.969	0	24.969
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	24.969	0	24.969
19139900 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	14.613.594	0	14.613.594
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	9.441.458	0	9.441.458
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	2.350.044	0	2.350.044
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	2.822.092	0	2.822.092
19140101 - MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	94.946.447	0	94.946.447
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	18.989.286	0	18.989.286

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	Posição até Relatório 1 (A)	Relatório 2 (B)	Posição Atual (A+B)
153 - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	75.957.161	0	75.957.161
19140102 - RECEITA DO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL E DO PARCELAMENTO ESPECIAL - MJM DÍVIDA ATIVA DA COFINS	18.016.977	0	18.016.977
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.603.392	0	3.603.392
153 - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	14.413.585	0	14.413.585
19140401 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO OBRIG. CONTRIBUINTE INDIV.	1.273.251	0	1.273.251
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.273.251	0	1.273.251
19140402 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO ASSALARIADO	113.411.400	0	113.411.400
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	113.411.400	0	113.411.400
19140403 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DA EMPRESA SOBRE SEGURADO ASSALARIADO	186.461.159	0	186.461.159
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	186.461.159	0	186.461.159
19140405 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE ESPETÁCULO DESPORTIVO	511.537	0	511.537
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	511.537	0	511.537
19140407 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA EM REGIME DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS	24.900	0	24.900
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	24.900	0	24.900
19140408 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA O SEGURO DE ACIDENTE DO TRABALHO	23.752.358	0	23.752.358
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	23.752.358	0	23.752.358
19140411 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO OBRIGATÓRIO - EMPRESÁRIO	408.085	0	408.085
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	408.085	0	408.085
19140413 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO ESPECIAL	1.281.327	0	1.281.327
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.281.327	0	1.281.327
19140414 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA CONT. PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO OBRIGATÓRIO - EMPREGADO DOMÉSTICO	205.045	0	205.045
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	205.045	0	205.045
19140415 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DOS ÓRGÃOS DO PODER PÚBLICO	34.101.217	0	34.101.217
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	34.101.217	0	34.101.217
19140501 - MULTA JUROS MORA DÍVIDA ATIVA CONTRIBUIÇÕES PROGRAMAS INTEGRAÇÃO SOCIAL FORMAÇÃO PATRIMÔNIO SERVIDOR PÚBLICO	25.498.828	0	25.498.828

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	Posição até Relatório 1 (A)	Relatório 2 (B)	Posição Atual (A+B)
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	5.099.764	0	5.099.764
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	20.399.064	0	20.399.064
19140502 - RECEITA DO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL E DO PARCELAMENTO ESPECIAL - MJM DA DÍVIDA ATIVA DO PIS/PASEP	5.425.057	0	5.425.057
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.085.010	0	1.085.010
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	4.340.047	0	4.340.047
19140601 - MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS	61.226.892	0	61.226.892
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	12.245.375	0	12.245.375
151 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DAS PESSOAS JURÍDICAS	48.981.517	0	48.981.517
19140602 - RECEITA DO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL E DO PARCELAMENTO ESPECIAL - MJM DÍVIDA ATIVA CSLL	6.639.024	0	6.639.024
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.327.802	0	1.327.802
151 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DAS PESSOAS JURÍDICAS	5.311.222	0	5.311.222
19141000 - MULTAS E JUROS DA DÍVIDA ATIVA DA COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE	352.591	0	352.591
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	70.519	0	70.519
135 - COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE	282.072	0	282.072
19141201 - JUROS DE MORA DO FUNDAF - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	366.111.485	0	366.111.485
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	73.222.293	0	73.222.293
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	292.889.192	0	292.889.192
19141202 - JUROS DE MORA FUNDAF - REC. DO REFIS E DO PAES DA DÍV. ATIVA DA CONTRIB. PARA O FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL	161.911.304	0	161.911.304
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	32.382.257	0	32.382.257
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	129.529.047	0	129.529.047
19141205 - JUROS DE MORA DO FUNDAF - REC. DA CONTRIB. P/ OS PROG. DE INTEG. SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIM. SERV. PÚBLICO	112.005.638	0	112.005.638
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	22.401.124	0	22.401.124
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	89.604.514	0	89.604.514
19141206 - JUROS DE MORA DO FUNDAF - REC. REFIS PAES DA DAS CONTRIB. PROG. DE INTEG. SOCIAL E FORM. PATRIM. SERV. PÚBLICO	45.111.445	0	45.111.445
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	9.022.286	0	9.022.286
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	36.089.159	0	36.089.159
19141207 - JUROS DE MORA DO FUNDAF - RECEITA DA DÍV. ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS	269.250.202	0	269.250.202
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	53.850.037	0	53.850.037
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	215.400.165	0	215.400.165

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	Posição até Relatório 1 (A)	Relatório 2 (B)	Posição Atual (A+B)
19141208 - JUROS DE MORA DO FUNDAF - REC. DO REFIS E DO PAES DA DA DA CONTRIB. SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS	84.240.133	0	84.240.133
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	16.848.023	0	16.848.023
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	67.392.110	0	67.392.110
19149901 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES - PRINCIPAL	3.883.007	0	3.883.007
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.630.617	0	3.630.617
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	252.390	0	252.390
19159901 - OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS RECEITAS - PRINCIPAL	747.285.075	0	747.285.075
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	682.811.617	0	682.811.617
133 - RECURSOS DO PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL IMOBILIÁRIO	6.710.731	0	6.710.731
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	103.777	0	103.777
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	57.638.400	0	57.638.400
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	20.550	0	20.550
19159902 - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL E DO PARCELAMENTO ESPECIAL - OUTRAS MJM DA DIV ATIVA DE OUTRAS RECEITAS	21.251.082	0	21.251.082
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	20.969.495	0	20.969.495
133 - RECURSOS DO PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL IMOBILIÁRIO	281.587	0	281.587
19180100 - MULTAS E JUROS DE MORA DE ALUGUÉIS	186.075	0	186.075
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	15.757	0	15.757
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	52.253	0	52.253
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	118.065	0	118.065
19180200 - MULTAS E JUROS DE MORA DE ARRENDAMENTOS	266.611	0	266.611
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	27.578	0	27.578
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	239.033	0	239.033
19180300 - MULTAS E JUROS DE MORA DE LAUDÊMIOS	1.814.640	0	1.814.640
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.814.640	0	1.814.640
19180400 - MULTAS E JUROS DE MORA DE ALIENAÇÃO DE DOMÍNIO ÚTIL	153.133	0	153.133
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	153.133	0	153.133
19180500 - MULTAS E JUROS DE MORA DE ALIENAÇÕES DE OUTROS BENS IMÓVEIS	317.724	0	317.724
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	5.802	0	5.802
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	311.922	0	311.922

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	Posição até Relatório 1 (A)	Relatório 2 (B)	Posição Atual (A+B)
19180700 - MULTAS E JUROS DE MORA DE FOROS	4.309.766	0	4.309.766
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	4.309.766	0	4.309.766
19180800 - MULTAS E JUROS DE MORA DE TAXAS DE OCUPAÇÃO	4.540.455	0	4.540.455
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	4.537.534	0	4.537.534
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	48	0	48
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.873	0	2.873
19181100 - MULTAS E JUROS DE MORA DA RECEITA DOS DIREITOS ANTIDUMPING E DOS DIREITOS COMPENSATÓRIOS	659.784	0	659.784
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	659.784	0	659.784
19181200 - MULTAS E JUROS DE MORA DA RECEITA DE ALIENAÇÕES BENS APREENDIDOS	11.822	0	11.822
139 - ALIENAÇÃO DE BENS APREENDIDOS	11.822	0	11.822
19189900 - OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	165.608.971	0	165.608.971
133 - RECURSOS DO PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL IMOBILIÁRIO	14.702.966	0	14.702.966
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	9.008.336	0	9.008.336
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	11.190.876	0	11.190.876
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	130.706.793	0	130.706.793
19190100 - MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE METROLOGIA	65.425.269	0	65.425.269
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	65.425.269	0	65.425.269
19190200 - MULTAS DO REGULAMENTO PARA O TRÁFEGO MARÍTIMO	2.930.364	0	2.930.364
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	2.930.364	0	2.930.364
19190300 - MULTA DE POLUIÇÃO DE ÁGUAS	100.000	0	100.000
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	100.000	0	100.000
19190600 - MULTAS DO CODIGO ELEITORAL E LEIS CONEXAS	38.422.674	0	38.422.674
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	38.422.674	0	38.422.674
19190800 - MULTAS PREVISTAS NA LEI DO SERVIÇO MILITAR	2.588.208	0	2.588.208
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	2.588.208	0	2.588.208
19190900 - MULTAS PREVISTAS NA LEI GERAL DAS TELECOMUNICAÇÕES	96.966.715	0	96.966.715
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	96.966.715	0	96.966.715

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	Posição até Relatório 1 (A)	Relatório 2 (B)	Posição Atual (A+B)
19191000 - MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA	12.823.896	0	12.823.896
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	12.823.896	0	12.823.896
19191300 - MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS	16.594.442	0	16.594.442
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	16.594.442	0	16.594.442
19191400 - MULTAS POR INFRAÇÃO A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA	102.515.991	0	102.515.991
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	102.515.991	0	102.515.991
19191500 - MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO	442.852.287	0	442.852.287
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	442.852.287	0	442.852.287
19191600 - MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DO SEGURO-DESEMPREGO E ABONO SALARIAL	16.631.518	0	16.631.518
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	16.631.518	0	16.631.518
19192600 - MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS	39.469.368	0	39.469.368
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	39.469.368	0	39.469.368
19192700 - MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	14.938.481	0	14.938.481
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.746.303	0	2.746.303
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	12.192.178	0	12.192.178
19192800 - MULTAS DECORRENTES DA OPERAÇÃO DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERESTADUAL E INTERNACIONAL DE PASSAGEIROS E CARGAS	6.497.520	0	6.497.520
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	6.497.520	0	6.497.520
19193000 - MULTAS PREVISTAS NO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA	633.361	0	633.361
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	633.361	0	633.361
19193100 - MULTA DE TARIFA DE PEDÁGIO	3.386.468	0	3.386.468
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	3.386.468	0	3.386.468
19193200 - MULTAS DECORRENTES DE SENTENÇAS PENAIS CONDENATÓRIAS	2.673.731	0	2.673.731
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	2.673.731	0	2.673.731
19193300 - RECEITA DE QUEBRA DE FIANÇA	187.766	0	187.766
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	187.766	0	187.766

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	Posição até Relatório 1 (A)	Relatório 2 (B)	Posição Atual (A+B)
19193500 - MULTAS POR DANOS AO MEIO AMBIENTE	40.991.652	0	40.991.652
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	40.991.652	0	40.991.652
19193600 - MULTA DE SEGURANÇA PRIVADA	3.273.038	0	3.273.038
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	3.273.038	0	3.273.038
19193800 - MULTAS E JUROS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	199.418.000	0	199.418.000
160 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	199.418.000	0	199.418.000
19194900 - MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE REGIME DE PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR	104.937	0	104.937
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	104.937	0	104.937
19195000 - MULTAS POR AUTO DE INFRAÇÃO	92.752.736	0	92.752.736
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	53.623.176	0	53.623.176
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	38.146.546	0	38.146.546
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	983.014	0	983.014
19199900 - OUTRAS MULTAS	1.392.514.234	0	1.392.514.234
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.323.792.817	0	1.323.792.817
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	68.376.621	0	68.376.621
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	344.796	0	344.796
19210600 - INDENIZAÇÕES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO	1.460.444	0	1.460.444
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	17.676	0	17.676
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.442.768	0	1.442.768
19219900 - OUTRAS INDENIZAÇÕES	21.925.699	0	21.925.699
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	53.823	0	53.823
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	21.871.876	0	21.871.876
19220100 - RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS	711.821.122	0	711.821.122
182 - RESTITUIÇÃO DE RECURSOS DE CONVÊNIOS E CONGÊNERES	483.208.136	0	483.208.136
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	110.184	0	110.184
282 - RESTITUIÇÃO DE RECURSOS DE CONVÊNIOS E CONGÊNERES	228.502.802	0	228.502.802
19220200 - RESTITUIÇÃO DE BENEFÍCIOS NÃO DESEMBOLSADOS	633.326.105	0	633.326.105
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	299.985.555	0	299.985.555

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	Posição até Relatório 1 (A)	Relatório 2 (B)	Posição Atual (A+B)
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	325.822.826	0	325.822.826
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	7.517.724	0	7.517.724
19220300 - RESTITUIÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS COMPLEMENTARES	702.746.505	0	702.746.505
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	702.746.505	0	702.746.505
19220500 - RESSARCIMENTO POR OPERADORAS DE SEGUROS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	8.037.580	0	8.037.580
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	7.937.598	0	7.937.598
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	99.982	0	99.982
19220600 - RESSARCIMENTO DO CUSTO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS	100.600.144	0	100.600.144
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	100.600.144	0	100.600.144
19220700 - RECUPERAÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	85.397.959	0	85.397.959
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	5.608.520	0	5.608.520
182 - RESTITUIÇÃO DE RECURSOS DE CONVÊNIOS E CONGÊNERES	60.012.858	0	60.012.858
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	19.776.581	0	19.776.581
19220800 - RESSARCIMENTO DE PAGAMENTO DE HONORÁRIOS TÉCNICO-PERICIAIS	8.501.616	0	8.501.616
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	8.501.616	0	8.501.616
19220900 - RESSARCIMENTO DE DESPESAS DO PORTE DE REMESSA E RETORNO DOS AUTOS	14.393.628	0	14.393.628
175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	14.393.628	0	14.393.628
19229900 - OUTRAS RESTITUIÇÕES	434.111.071	0	434.111.071
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	325.713.409	0	325.713.409
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	48.314.291	0	48.314.291
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	60.083.371	0	60.083.371
19310101 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS	126.153.836	0	126.153.836
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	57.652.315	0	57.652.315
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	60.553.832	0	60.553.832
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	7.947.689	0	7.947.689
19310102 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA DAS PESSOAS JURÍDICAS	217.736.212	0	217.736.212
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	99.505.462	0	99.505.462
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	104.513.373	0	104.513.373
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	13.717.377	0	13.717.377

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	Posição até Relatório 1 (A)	Relatório 2 (B)	Posição Atual (A+B)
19310103 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NAS FONTES	74.663.174	0	74.663.174
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	34.121.078	0	34.121.078
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	35.838.320	0	35.838.320
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	4.703.776	0	4.703.776
19310201 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - PRINCIPAL	129.488.849	0	129.488.849
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	48.558.325	0	48.558.325
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	75.103.530	0	75.103.530
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	5.826.994	0	5.826.994
19310301 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMP S/ OPERAÇÕES DE CRÉD, CÂMBIO E SEGURO, OU RELATIVAS A TÍTULOS OU VAL MOB. - PRINC	2.048.141	0	2.048.141
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.753.212	0	1.753.212
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	294.929	0	294.929
19310400 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	1.526.856	0	1.526.856
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	680.980	0	680.980
102 - TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	763.431	0	763.431
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	82.445	0	82.445
19310501 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO - PRINCIPAL	3.454.908	0	3.454.908
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.957.405	0	2.957.405
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	497.503	0	497.503
19310601 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO - PRINCIPAL	381.547	0	381.547
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	326.609	0	326.609
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	54.938	0	54.938
19310700 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE CUSTAS JUDICIAIS	2.494.381	0	2.494.381
127 - CUSTAS JUDICIAIS	2.494.381	0	2.494.381
19310800 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES	6.200	0	6.200
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	6.200	0	6.200
19319900 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	3.380.631	0	3.380.631
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	3.380.631	0	3.380.631
19319901 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS - PRINCIPAL	1.304.719.423	-244.042.903	1.060.676.520

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	Posição até Relatório 1 (A)	Relatório 2 (B)	Posição Atual (A+B)
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.304.719.423	-244.042.903	1.060.676.520
19320101 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO OBRIGATÓRIO - CONTRIBUINTE INDIVIDUAL	657.193	0	657.193
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	657.193	0	657.193
19320102 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO ASSALARIADO	160.281.751	0	160.281.751
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	160.281.751	0	160.281.751
19320103 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DA EMPRESA SOBRE SEGURADO ASSALARIADO	287.329.747	0	287.329.747
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	287.329.747	0	287.329.747
19320105 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE ESPETÁCULO DESPORTIVO	258.641	0	258.641
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	258.641	0	258.641
19320107 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA EM REGIME DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS	42.096	0	42.096
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	42.096	0	42.096
19320108 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA O SEGURO DE ACIDENTE DO TRABALHO	34.775.196	0	34.775.196
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	34.775.196	0	34.775.196
19320111 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO OBRIGATÓRIO - EMPRESÁRIO	191.084	0	191.084
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	191.084	0	191.084
19320113 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO ESPECIAL	817.599	0	817.599
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	817.599	0	817.599
19320114 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO OBRIGATÓRIO - EMPREGADO DOMÉSTICO	107.274	0	107.274
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	107.274	0	107.274
19320115 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DOS ÓRGÃOS DO PODER PÚBLICO	25.576.767	0	25.576.767
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	25.576.767	0	25.576.767
19320201 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - PRINCIPAL	376.052.376	0	376.052.376
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	75.210.472	0	75.210.472
153 - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	300.841.904	0	300.841.904
19320501 - RECEITA DA DÍV. ATIV.DAS CONT. P/ OS PROG. DE INTEG. SOC. E DE FORM. DO PAT. DO SERV. PÚBL. - PRINCIPAL	120.133.764	0	120.133.764

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	Posição até Relatório 1 (A)	Relatório 2 (B)	Posição Atual (A+B)
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	24.026.752	0	24.026.752
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	96.107.012	0	96.107.012
19320601 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS - PRINCIPAL	171.886.476	0	171.886.476
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	34.377.292	0	34.377.292
151 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DAS PESSOAS JURÍDICAS	137.509.184	0	137.509.184
19320800 - RECEITA DE DÍVIDA ATIVA DAS MULTAS DO CÓDIGO ELEITORAL E LEIS CONEXAS.	17.399.082	0	17.399.082
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	17.399.082	0	17.399.082
19320900 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA COTA PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA A RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE.	311.693	0	311.693
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	62.340	0	62.340
135 - COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE	249.353	0	249.353
19321601 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES - PRINCIPAL	399.036	0	399.036
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	399.036	0	399.036
19321700 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DAS MULTAS POR INFRAÇÃO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA	179.964.719	0	179.964.719
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	179.964.719	0	179.964.719
19322105 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DOS SERVIÇOS DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE MINERAL	23.964	0	23.964
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	23.964	0	23.964
19329901 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO-TRIBUTÁRIA DE OUTRAS RECEITAS - PRINCIPAL	134.504.730	0	134.504.730
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	106.072.392	0	106.072.392
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	608.437	0	608.437
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	238.320	0	238.320
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	27.585.581	0	27.585.581
19329902 - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL E DO PARCEL ESPECIAL - RECEITA DA DÍV ATIVA NÃO-TRIBUTÁRIA DE OUT RECEITAS	6.759.780	0	6.759.780
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	6.759.348	0	6.759.348
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	432	0	432
19900201 - RECEITA DE HONORÁRIOS DE ADVOGADOS	806.174.651	0	806.174.651
157 - RECEITAS DE HONORÁRIOS DE ADVOGADOS	806.087.310	0	806.087.310
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	87.341	0	87.341
19900202 - RECEITA DE ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA	86.668.241	0	86.668.241

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	Posição até Relatório 1 (A)	Relatório 2 (B)	Posição Atual (A+B)
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	45.896.992	0	45.896.992
157 - RECEITAS DE HONORÁRIOS DE ADVOGADOS	39.888.975	0	39.888.975
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	882.274	0	882.274
19900301 - RECEITA DE LEILÕES DE MERCADORIAS APREENDIDAS	37.103.287	0	37.103.287
139 - ALIENAÇÃO DE BENS APREENDIDOS	37.103.287	0	37.103.287
19900302 - RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS APREENDIDOS	5.376.807	0	5.376.807
139 - ALIENAÇÃO DE BENS APREENDIDOS	1.555.650	0	1.555.650
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	3.800.000	0	3.800.000
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	21.157	0	21.157
19900400 - PRODUTO DE DEPÓSITOS ABANDONADOS (DINHEIRO E/OU OBJETOS DE VALOR)	722.904	0	722.904
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	716.873	0	716.873
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	6.031	0	6.031
19900500 - RECEITA DE BENS E VALORES PERDIDOS EM FAVOR DA UNIÃO	166.686	0	166.686
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	166.686	0	166.686
19900600 - RECEITA DECORRENTE DA NÃO APLICAÇÃO DE INCENTIVOS FISCAIS PELA INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA	3.131.423	0	3.131.423
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	3.131.423	0	3.131.423
19900700 - RECEITA DOS DIREITOS "ANTIDUMPING" E DOS DIREITOS COMPENSATÓRIOS	0	127.846.790	127.846.790
186 - OUTRAS RECEITAS ORIGINÁRIAS	0	127.846.790	127.846.790
19901600 - RECEITA DE PARTICIPAÇÃO DO SEGURO - DPVAT - SISTEMA NACIONAL DE TRANSITO	2.679.700.520	0	2.679.700.520
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.679.700.520	0	2.679.700.520
19901800 - RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO	45.554.941	0	45.554.941
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	45.554.941	0	45.554.941
19901900 - RECOLHIMENTO DO BENEFICIÁRIO AO FUNDO DE SAÚDE MILITAR	763.933.662	0	763.933.662
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	763.933.662	0	763.933.662
19902000 - CONTRIBUIÇÃO VOLUNTÁRIA - MONTEPIO CIVIL	2.621.618	0	2.621.618
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.621.618	0	2.621.618

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	Posição até Relatório 1 (A)	Relatório 2 (B)	Posição Atual (A+B)
19902200 - RECEITA DA "TERCEIRIZAÇÃO" DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS AGENTES PÚBLICOS	205.000.000	0	205.000.000
19909900 - OUTRAS RECEITAS	1.391.396.462	0	1.391.396.462
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.122.676.557	0	1.122.676.557
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	182.263.208	0	182.263.208
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	86.456.697	0	86.456.697
21110100 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL	525.546.563.343	0	525.546.563.343
143 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL	525.546.563.343	0	525.546.563.343
21110200 - TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA - TDA	716.000.000	0	716.000.000
164 - TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA	716.000.000	0	716.000.000
21110300 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - OUTRAS APLICAÇÕES	117.636.258.938	0	117.636.258.938
144 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - OUTRAS APLICAÇÕES	117.636.258.938	0	117.636.258.938
21230000 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - CONTRATUAIS	712.188.221	0	712.188.221
148 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA	427.550.392	0	427.550.392
149 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM BENS E/OU SERVIÇOS	284.637.829	0	284.637.829
21290000 - OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	490.658	0	490.658
249 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM BENS E/OU SERVIÇOS	490.658	0	490.658
22120100 - ALIENAÇÃO DE ESTOQUES REGULADORES VINCULADOS A POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS-PGPM	820.000.000	0	820.000.000
160 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	820.000.000	0	820.000.000
22120200 - ALIENAÇÃO DE ESTOQUES ESTRATÉGICOS VINCULADOS A POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS-PGPM	1.120.000.000	0	1.120.000.000
160 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	1.120.000.000	0	1.120.000.000
22120301 - ALIENAÇÃO DE ESTOQUES DESTINADOS A PROGRAMAS SOCIAIS E INSTITUCIONAIS - COMERCIALIZAÇÃO	235.776	0	235.776
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	235.776	0	235.776
22120302 - ALIENAÇÃO ESTOQUES POR ATACADO - COMERCIALIZAÇÃO	59.856	0	59.856
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	59.856	0	59.856
22120400 - ALIENAÇÃO DE ESTOQUES DESTINADOS À VENDAS EM BALÇÃO	60.000.000	0	60.000.000

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	Posição até Relatório 1 (A)	Relatório 2 (B)	Posição Atual (A+B)
160 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	60.000.000	0	60.000.000
22120702 - ALIENAÇÃO DE ESTOQUES ADQUIRIDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR	75.228.396	0	75.228.396
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	75.228.396	0	75.228.396
22120902 - ALIENAÇÃO DE ESTOQUES PRÓPRIOS DO FUNCAFÉ	59.859.000	0	59.859.000
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	59.859.000	0	59.859.000
22140000 - ALIENAÇÃO DE ANIMAIS REPRODUTORES E MATRIZES	477.901	0	477.901
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	477.901	0	477.901
22190000 - ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MÓVEIS	11.387.204	0	11.387.204
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	490.764	0	490.764
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	178.737	0	178.737
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	10.717.703	0	10.717.703
22210000 - ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS PARA COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA	23.000.000	0	23.000.000
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	23.000.000	0	23.000.000
22240000 - ALIENAÇÕES DE IMÓVEIS RURAIS	1.501.188	0	1.501.188
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.501.188	0	1.501.188
22250000 - ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS	66.545.078	0	66.545.078
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	6.000.000	0	6.000.000
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	60.545.078	0	60.545.078
22290000 - ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS IMÓVEIS	332.020.805	0	332.020.805
162 - REFORMA PATRIMONIAL - ALIENAÇÃO DE BENS	320.271.974	0	320.271.974
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	11.748.831	0	11.748.831
23001000 - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS - BEA/BIB	13.368.720	0	13.368.720
171 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - BEA/BIB	13.368.720	0	13.368.720
23003000 - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS - ESTADOS E MUNICÍPIOS	13.286.454.886	0	13.286.454.886
159 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	4.550.902.726	0	4.550.902.726
160 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	905.426.782	0	905.426.782
173 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - ESTADOS E MUNICÍPIOS	7.830.125.378	0	7.830.125.378

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	Posição até Relatório 1 (A)	Relatório 2 (B)	Posição Atual (A+B)
23004000 - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS - REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	657.092.223	0	657.092.223
171 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - BEA/BIB	657.092.223	0	657.092.223
23005000 - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS - PROGRAMA DE OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	753.990.428	0	753.990.428
159 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	24.517.000	0	24.517.000
160 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	729.473.428	0	729.473.428
23007002 - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS - EM CONTRATO	2.370.104.974	0	2.370.104.974
159 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	7.243.167	0	7.243.167
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	2.362.861.807	0	2.362.861.807
23008001 - AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTOS DE BENS	330.851.090	0	330.851.090
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	329.825.903	0	329.825.903
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	1.025.187	0	1.025.187
23008002 - AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTOS DE PROJETOS	35.576.833	0	35.576.833
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	33.789.277	0	33.789.277
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	1.787.556	0	1.787.556
23009900 - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS DIVERSOS	4.814.456.338	0	4.814.456.338
159 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	4.016.901.049	0	4.016.901.049
160 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	4.431.099	0	4.431.099
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	24.190	0	24.190
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	793.100.000	0	793.100.000
24600000 - TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	19.244.004	0	19.244.004
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	19.244.004	0	19.244.004
24710000 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	115.204.407	0	115.204.407
181 - RECURSOS DE CONVÊNIO	70.204.407	0	70.204.407
281 - RECURSOS DE CONVÊNIO	45.000.000	0	45.000.000
24720000 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	14.209.693	0	14.209.693
181 - RECURSOS DE CONVÊNIO	9.290.000	0	9.290.000
281 - RECURSOS DE CONVÊNIO	4.919.693	0	4.919.693
24730000 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	110.000	0	110.000

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	Posição até Relatório 1 (A)	Relatório 2 (B)	Posição Atual (A+B)
181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	60.000	0	60.000
281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	50.000	0	50.000
24740000 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	1.012.752	0	1.012.752
181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	20.000	0	20.000
281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	992.752	0	992.752
25300000 - RESULTADO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL	23.377.000.000	0	23.377.000.000
152 - RESULTADO DO BANCO CENTRAL	23.377.000.000	0	23.377.000.000
25400000 - REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO TESOUREIRO NACIONAL	33.720.734.293	0	33.720.734.293
188 - REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO TESOUREIRO NACIONAL	33.720.734.293	0	33.720.734.293
25900000 - OUTRAS RECEITAS	4.213.352	0	4.213.352
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.389.777	0	1.389.777
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.823.575	0	2.823.575
72102901 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA - CPSS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	12.166.600.808	0	12.166.600.808
169 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	12.166.600.808	0	12.166.600.808
73110000 - ALUGUÉIS - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	351.381	0	351.381
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	351.381	0	351.381
73120000 - ARRENDAMENTOS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	11.032	0	11.032
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	11.032	0	11.032
73153000 - TAXA DE OCUPAÇÃO DE OUTROS IMÓVEIS	1.649.965	0	1.649.965
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	137.536	0	137.536
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.512.429	0	1.512.429
73330100 - RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	26.433	0	26.433
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	26.433	0	26.433
75202100 - RECEITA DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E VETERINÁRIOS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.253.002	0	2.253.002
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.253.002	0	2.253.002
75202600 - RECEITA DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES_OI	6.868	0	6.868

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	Posição até Relatório 1 (A)	Relatório 2 (B)	Posição Atual (A+B)
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	6.868	0	6.868
75202900 - RECEITA DA INDÚSTRIA EDITORIAL E GRÁFICA - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	132.911.310	0	132.911.310
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	132.911.310	0	132.911.310
75209900 - OUTRAS RECEITAS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	348	0	348
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	348	0	348
76000102 - SERVIÇO DE COM. DE LIVROS, PERIÓDICOS, MATERIAIS ESCOLARES E PUBLICIDADE - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	2.041.804	0	2.041.804
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	19.471	0	19.471
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.022.333	0	2.022.333
76000199 - OUTROS SERVIÇOS COMERCIAIS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.195.259	0	1.195.259
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.195.259	0	1.195.259
76000501 - SERVIÇOS HOSPITALARES - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	14.519.837	0	14.519.837
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	13.320.000	0	13.320.000
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.199.837	0	1.199.837
76000700 - SERVIÇOS DE ARMAZENAGEM - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	3.463	0	3.463
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	3.463	0	3.463
76000800 - SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	3.208	0	3.208
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	507	0	507
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.701	0	2.701
76001101 - METROLOGIA LEGAL E CERTIFICATÓRIA DELEGADA - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	133.461	0	133.461
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	133.461	0	133.461
76001102 - METROLOGIA CIENTÍFICA E INDUSTRIAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	47.053	0	47.053
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	47.053	0	47.053
76001104 - CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	13.499	0	13.499
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	13.499	0	13.499
76001105 - SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	353.755	0	353.755
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	353.755	0	353.755

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	Posição até Relatório 1 (A)	Relatório 2 (B)	Posição Atual (A+B)
76001200 - SERVIÇOS TECNOLÓGICOS - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	64.993	0	64.993
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	9.692	0	9.692
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	55.301	0	55.301
76001300 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	8.890.693	0	8.890.693
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	756	0	756
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	8.889.937	0	8.889.937
76001600 - SERVIÇOS EDUCACIONAIS - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	12.474.565	0	12.474.565
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	3.295.903	0	3.295.903
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	9.178.662	0	9.178.662
76001700 - SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	140.760	0	140.760
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	140.760	0	140.760
76002000 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ANÁLISE DE PROJETOS - OI	4.451	0	4.451
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	4.451	0	4.451
76002200 - SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.788.687	0	2.788.687
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.788.687	0	2.788.687
76002301 - SERVIÇOS DE PATENTES - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	146.984	0	146.984
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	146.984	0	146.984
76002302 - SERVIÇOS DE REGISTRO DE MARCAS - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	9.029	0	9.029
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	9.029	0	9.029
76002305 - SERVIÇOS DE REGISTRO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.071	0	3.071
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	3.071	0	3.071
76002500 - SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	24	0	24
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	24	0	24
76009900 - OUTROS SERVIÇOS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	27.642	0	27.642
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	27.642	0	27.642
79220100 - RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	160.489	0	160.489

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	Posição até Relatório 1 (A)	Relatório 2 (B)	Posição Atual (A+B)
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	153.341	0	153.341
282 - RESTITUIÇÃO DE RECURSOS DE CONVÊNIOS E CONGÊNERES	7.148	0	7.148
79220700 - RECUPERAÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.773	0	2.773
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.773	0	2.773
79229900 - OUTRAS RESTITUIÇÕES - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.031.445	0	3.031.445
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	3.031.445	0	3.031.445
Total	1.594.295.228.632	-15.347.467.138	1.578.947.761.494

ANEXO V (RECEITA POR FONTE DE RECURSO)

Fonte de Recursos

R\$ 1,00

FONTE DE RECURSOS	Posição até Relatório 1 (A)	Relatório 2 (B)	Posição Atual (A+B)
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	199.639.731.468	-2.299.971.517	197.339.759.951
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	124.821.243.293	-1.480.148.100	123.341.095.193
102 - TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	221.630.908	0	221.630.908
111 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - COMBUSTÍVEIS	3.691.520.936	0	3.691.520.936
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	21.075.889.738	-147.762.211	20.928.127.527
113 - CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	10.687.049.979	0	10.687.049.979
115 - CONTRIBUIÇÃO PARA OS PROGRAMAS ESPECIAIS (PIN E PROTERRA)	32.296.340	0	32.296.340
116 - RECURSOS DE OUTORGA DE DIREITOS DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS	34.897.716	0	34.897.716
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	1.762.923.485	0	1.762.923.485
119 - IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - OURO	8.370.315	0	8.370.315
120 - CONTRIBUIÇÕES S/ A ARRECAÇÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS REGIONAIS	889.417	0	889.417
123 - CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DAS PENSÕES MILITARES	1.198.194.195	0	1.198.194.195
127 - CUSTAS JUDICIAIS	360.604.157	0	360.604.157
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	4.537.413.186	0	4.537.413.186
130 - CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA NACIONAL	41.156.133	0	41.156.133
131 - SELOS DE CONTROLE E LOJAS FRANCAS	210.523.249	0	210.523.249
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	5.250.533.225	0	5.250.533.225
133 - RECURSOS DO PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL IMOBILIÁRIO	21.695.284	0	21.695.284
134 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	1.797.814.357	0	1.797.814.357
135 - COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE	1.625.700.912	0	1.625.700.912
139 - ALIENAÇÃO DE BENS APREENDIDOS	38.670.759	0	38.670.759
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	27.305.806.590	-261.485.964	27.044.320.626
141 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS	744.999.974	0	744.999.974
142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL	30.937.931.066	-5.564.399.539	25.373.531.527
143 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOUREO NACIONAL - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL	525.546.563.343	0	525.546.563.343
144 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOUREO NACIONAL - OUTRAS APLICAÇÕES	117.636.258.938	0	117.636.258.938
148 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA	427.550.392	0	427.550.392
149 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM BENS E/OU SERVIÇOS	284.637.829	0	284.637.829
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	4.817.764.250	0	4.817.764.250
151 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DAS PESSOAS JURÍDICAS	40.401.198.364	-2.332.625.152	38.068.573.212
152 - RESULTADO DO BANCO CENTRAL	23.377.000.000	0	23.377.000.000
153 - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	107.444.567.574	-1.050.322.190	106.394.245.384
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	189.308.868.709	-1.551.825.478	187.757.043.231
156 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	8.140.102.298	0	8.140.102.298
157 - RECEITAS DE HONORÁRIOS DE ADVOGADOS	845.976.285	0	845.976.285

FONTE DE RECURSOS	Posição até Relatório 1 (A)	Relatório 2 (B)	Posição Atual (A+B)
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	731.411.502	0	731.411.502
159 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	12.394.775.779	0	12.394.775.779
160 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	4.879.362.103	0	4.879.362.103
162 - REFORMA PATRIMONIAL - ALIENAÇÃO DE BENS	320.271.974	0	320.271.974
164 - TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA	716.000.000	0	716.000.000
169 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	12.166.600.808	0	12.166.600.808
171 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - BEA/BIB	1.083.991.821	0	1.083.991.821
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	2.320.193.865	-47.566.976	2.272.626.889
173 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - ESTADOS E MUNICÍPIOS	25.695.617.816	0	25.695.617.816
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	5.976.240.508	0	5.976.240.508
175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	255.916.370	0	255.916.370
176 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.274.545.977	0	1.274.545.977
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	15.811.336.585	0	15.811.336.585
181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	103.216.893	0	103.216.893
182 - RESTITUIÇÃO DE RECURSOS DE CONVÊNIOS E CONGÊNERES	543.220.994	0	543.220.994
184 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO DEVIDA AO TRABALHADOR E RELATIVA A DESPÉDIDA DE EMPREGADO SEM JUSTA CAUSA	1.802.455.186	0	1.802.455.186
186 - OUTRAS RECEITAS ORIGINÁRIAS	283.146.045	127.846.790	410.992.835
188 - REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO TESOURO NACIONAL	33.720.734.293	0	33.720.734.293
194 - DOAÇÕES PARA COMBATE À FOME	598.445	0	598.445
195 - DOAÇÕES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	74.586.981	0	74.586.981
196 - DOAÇÕES DE PESSOAS OU INSTITUIÇÕES PRIVADAS NACIONAIS	31.360.000	0	31.360.000
197 - DIVIDENDOS - UNIÃO	10.543.209.476	-739.206.801	9.804.002.675
249 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM BENS E/OU SERVIÇOS	490.658	0	490.658
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	6.490.109.230	0	6.490.109.230
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	2.279.764.507	0	2.279.764.507
281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	162.071.650	0	162.071.650
282 - RESTITUIÇÃO DE RECURSOS DE CONVÊNIOS E CONGÊNERES	228.509.950	0	228.509.950
293 - PRODUTO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS A CONTA DO SALÁRIO - EDUCAÇÃO	127.015.552	0	127.015.552
296 - DOAÇÕES DE PESSOAS OU INSTITUIÇÕES PRIVADAS NACIONAIS	499.000	0	499.000
Total	1.594.295.228.632	-15.347.467.138	1.578.947.761.494



CONGRESSO NACIONAL

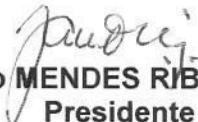
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização


CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Décima Sexta Reunião Extraordinária, realizada em 11 de dezembro de 2008, APROVOU, contra o voto do Deputado Gilmar Machado, o Relatório de Atualização das Estimativas da Receita, apresentado pelo Relator, Deputado JORGE KHOURY, ao Projeto de Lei nº 38/2008-CN que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2009”.

Compareceram os Senhores Deputados Mendes Ribeiro Filho, Presidente, Marcos Montes, Segundo Vice-Presidente, André Vargas, Aníbal Gomes, Antônio Carlos Biffi, Átila Lins, Carlito Merss, Carlos Zarattini, Cezar Silvestri, Chico Lopes, Colbert Martins, Dagoberto, Dilceu Sperafico, Edmilson Valentim, Eduardo Amorim, Eduardo da Fonte, Eliseu Padilha, Germano Bonow, Gilmar Machado, Guilherme Campos, Jaime Martins, Jorge Khoury, José Carlos Aleluia, José Guimarães, José Rocha, Lázaro Botelho, Luiz Bittencourt, Luiz Carlos Busato, Luiz Carlos Setim, Marinha Raupp, Mendonça Prado, Miguel Martini, Milton Monti, Natan Donadon, Osvaldo Reis, Raimundo Gomes de Matos, Rodrigo Rollemberg, Sergio Petecão, William Woo, Zezéu Ribeiro e os Senadores Marconi Perillo, Primeiro Vice-Presidente, Gim Argello, Terceiro Vice-Presidente, César Borges, Delcídio Amaral, Fátima Cleide, Gilberto Goellner, Ideli Salvatti, José Nery, Kátia Abreu, Neuto de Conto, Raimundo Colombo, Serys Shhessarenko.

Sala de Reuniões, em 11 de dezembro de 2008.


Deputado **MENDES RIBEIRO FILHO**
Presidente


Deputado **JORGE KHOURY**
Relator da Receita